



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE

GIMENA BARBOSA SOUZA

“QUARENTENAR”:
NARRATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES DURANTE A
PANDEMIA DE COVID-19

Salvador, Bahia

Março, 2023

GIMENA BARBOSA SOUZA

“QUARENTENAR”:
NARRATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES DURANTE A PANDEMIA DE
COVID-19

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia como requisito final para obtenção do título de mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde. Área de Concentração: Segurança Alimentar e Nutricional

Orientadora: Prof. Dra. Lígia Amparo da Silva Santos

Co-orientadora: Micheli Dantas Soares

SALVADOR, BAHIA

MARÇO, 2023

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S729	<p>Barbosa-Souza, Gimena “Quarentenar:” narrativas sobre as práticas alimentares durante a Pandemia de Covid-19/Gimena Barbosa Souza. – Salvador, 2023. 68 f.: il.</p> <p>Orientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Ligia Amparo da Silva Santos; Coorientadora: Prof^{fa}. Dr^a. Micheli Dantas Soares. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Nutrição/Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, 2023.</p> <p>Inclui referências e apêndices.</p> <p>1. Práticas alimentares. 2. Covid-19. 3. Alimentação no contexto urbano. 4. Pesquisa qualitativa. I. Amparo-Santos, Ligia. II. Soares, Micheli Dantas. III. Universidade Federal da Bahia. IV. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDU 612.39</p>
------	---

TERMO DE APROVAÇÃO

GIMENA BARBOSA SOUZA

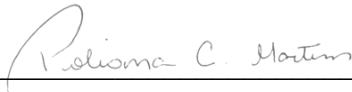
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

“Quarentenar”: narrativas sobre as práticas alimentares durante a pandemia de COVID-19”

BANCA EXAMINADORA



Profª. Dra. Lígia Amparo da Silva Santos (Presidente)



Profª. Dra. Poliana Cardoso Martins (Examinadora)



Profª. Dra. Cláudia Valéria Cardim da Silva (Examinadora)

Salvador – Bahia, 27 de março de 2023

Dedico este trabalho a todas as mães pesquisadoras que durante a pandemia de COVID-19 viram-se diante de múltiplas tarefas, sendo uma delas continuar a jornada científica.

AGRADECIMENTOS

À Deus,

pela oportunidade da vida concedida, pela presença e proteção constantes.

Ao meu pai,

in memoriam, por ter sido tanto em tão pouco tempo

À minha mãe,

pela vida privilegiada ofertada através da adoção e pelo incentivo à educação.

Aos meus filhos Neto e Maya,

pela paciência e compreensão devido às minhas ausências e falta de tempo para brincar.

À Amanda,

minha companheira de vida, por ser incentivo, abraço aconchegante e apoio.

Às amigas-irmãs Jerusa e Lana,

companheiras de jornada, de sonhos profissionais e incentivadoras.

Aos meus amigos,

pelo incentivo e momentos de revigoramento;

À Lígia,

minha orientadora, pela compreensão, acolhimento e ensinamentos durante todo o mestrado.

À Micheli,

minha co-orientadora, pelo aceite ao convite e pelas valiosas contribuições.

Às pessoas que aceitaram participar da pesquisa

expondo suas vidas, sentimentos e emoções do período da pandemia.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES),

pela bolsa de mestrado, sem a qual não seria possível continuar a caminhada.

Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática.

Patrick Charaudeau, 2009.

BARBOSA-SOUZA, G. “Quarentenar”: narrativas sobre as práticas alimentares durante a pandemia de covid-19. 68 f. 2023. Dissertação (Mestrado) – Escola de Nutrição, Programa de Pós Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2023.

RESUMO

O distanciamento físico, enquanto uma das medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19 transformou o cenário urbano, modificando o funcionamento dos modos de viver, afetando as práticas alimentares baseadas na experiência da comensalidade urbana. Nesse sentido, a presente pesquisa buscou compreender como as pessoas agenciaram suas práticas alimentares diante do confinamento imposto pela pandemia, estando restritas ao ambiente doméstico. De natureza qualitativa, realizada a partir de entrevistas com doze adultos que referiram seguir as orientações de distanciamento físico entre março de 2020 e dezembro de 2021 foram analisadas as permanências e transformações das práticas alimentares e dos sentidos atribuídos ao comer, à comida e ao saudável na pandemia de COVID-19. Além dos rearranjos das práticas alimentares, os dados desvelaram reflexões sobre os modos de viver e transitar em um cotidiano doméstico trazendo ponderações à afirmação quase que unívoca, nos discursos das Ciências da Saúde e do senso comum, da casa como promotora de práticas alimentares saudáveis. Demarcando dessa forma, a complexidade em torno de práticas alimentares que se dá em um contexto dentro do qual o modo de vida moderno, em sua multiplicidade de comensalidades urbanas, invadiu a casa.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas alimentares; COVID-19; Pesquisa qualitativa; Alimentação no contexto urbano.

BARBOSA-SOUZA, G. "Quarantining": narratives about food practices during the covid-19 pandemic. 68 f. 2023. Dissertation (Master's) - School of Nutrition, Graduate Program in Food, Nutrition and Health, Federal University of Bahia, Salvador, 2023.

ABSTRACT

The physical distance, as one of the measures to cope with the pandemic of COVID-19 transformed the urban scenario, changing the functioning of ways of living, affecting food practices based on the experience of urban commensality. In this sense, the present research sought to understand how people agencies their food practices in the face of the confinement imposed by the pandemic, being restricted to the domestic environment. . Of qualitative nature, carried out from interviews with twelve adults who reported following the guidelines of physical distance between March 2020 and December 2021 were analyzed the permanences and transformations of food practices and the meanings attributed to eating, food and healthy in the pandemic of COVID-19. Beyond the rearrangements of food practices, the data unveiled reflections on the ways of living and transiting in a domestic daily life, bringing ponderings to the almost univocal affirmation, in the discourses of Health Sciences and common sense, of the home as a promoter of healthy eating practices. Demarcating this way, the complexity around food practices that takes place in a context within which the modern way of life, in its multiplicity of urban commensalities, has invaded the home.

KEYWORDS: Eating practices; COVID-19; Qualitative Research; Feeding in the Urban Context.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

NEPAC - Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura

OMS - Organização Mundial de Saúde

OPAS - Organização Pan-Americana de Saúde

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE TABELAS E QUADROS

TABELA 01: Tabela dos dados sociodemográficos dos interlocutores da pesquisa

QUADRO 01: Caracterização do Universo Empírico

APRESENTAÇÃO

Final de 2019. Mal sabíamos até aquele momento que algo que iniciava tão distante, na China, assolaria o mundo com uma desordem sanitária, econômica, social e humanitária na contemporaneidade.

A notícia do Coronavírus chega como uma conversa atravessada no meio da reunião do grupo de pesquisa (NEPAC), em março de 2020, em que projetávamos as produções acadêmicas para aquele ano. Havia uma suposta quarentena que acreditávamos durar entre duas a três semanas, com restrição das saídas de casa, de modo a evitar a disseminação do vírus que ainda não era uma realidade no nosso país.

No Brasil, a confirmação do primeiro caso de COVID em São Paulo se dá numa quarta-feira de cinzas, no último dia dos festejos carnavalescos na Bahia. Da projeção de algumas semanas em casa, tomando cuidados com uso de álcool gel e máscara, súbita e sorrateiramente, a pandemia afetou a normalidade que, com a contemporaneidade, se apresentava, com expectativa de durar pelo menos dois anos. Nossos modos de viver e estar no mundo se liquefizeram diante da ameaça de um vírus desconhecido, letal e global, transformando a experiência de vida urbana.

Estávamos perante a um vírus capaz de provocar infecções respiratórias, levando a um quadro clínico de adoecimento, cuja evolução poderia variar de assintomático, a uma alta gravidade e até à morte. E, diante do exponencial aumento da curva de infectados e mortes por COVID-19 (no mundo, no Brasil e na Bahia) e da inexistência de medidas preventivas e terapêuticas específicas, a OMS recomendou a adoção de medidas não farmacológicas para controle da disseminação do vírus, dentre elas, o distanciamento físico, com desdobramento no fechamento da escolas, universidades, locais de convívio comunitário, transporte público, equipamentos religiosos e comércios considerados não essenciais, e proibição de qualquer evento público onde pudesse haver aglomeração de pessoas, promovendo uma transformação da sociabilidade.

É nesse contexto que o distanciamento físico se constituiu como uma regra de sobrevivência coletiva. E como Boaventura de Souza Santos intensa e claramente proferiu “*a melhor maneira de sermos solidários uns com os outros é isolarmo-nos uns dos outros e nem sequer nos tocarmos*”. E como um mantra o slogan “Fique em Casa” tomou as redes sociais digitais e os noticiários, suplicando uma consciência comunitária para a necessidade de permanecer em casa e evitar o contato físico.

Demandando intensas reorganizações nos modos de produção de vida (trabalho, estudo, lazer, sociabilidade), o distanciamento físico provocou novos agenciamentos para uma experiência de vida restrita à casa ou, para aqueles que não puderam seguir com as recomendações, de manter a rotina de sair para o trabalho em meio à pandemia.

Havia ainda os negacionistas científicos que, mesmo tendo condições seguir as recomendações, adotaram uma guerra à razão, à ciência e a própria sociedade, agindo de forma tendenciosa e com apoio ideológico contrário às afirmativas da ciência, subvertendo às recomendações sanitárias individuais e coletivas para prevenção e minimização dos impactos da pandemia via distanciamento social (CARUSO & MARQUES, 2021).

Este cenário gerou inquietações no universo acadêmico, levando pesquisadores a direcionarem sua atenção e área de especialidades para a pandemia de COVID-19 a fim de compreender, por exemplo, como a complexidade daquele momento repercutia no cotidiano. Muitos destes pesquisadores viram-se alterando seus objetos de pesquisas por uma demanda acadêmica e também social. Precisávamos compreender, por exemplo, como o distanciamento físico e a higienização nos modos de produção de vida impactavam nas práticas alimentares e corporais, inclusive daqueles que não puderam ficar em casa e seguir com as recomendações dos órgãos oficiais de saúde mundiais.

Reconhecendo a natureza sociocultural e política a que o fenômeno da alimentação está envolto e que a pandemia acarretou implicações, que o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (NEPAC) desenvolveu um estudo a fim de compreender como as pessoas estavam lidando com as práticas corporais e alimentares durante o período de distanciamento social em decorrência da pandemia de COVID-19. Para tal, recorrendo ao método do Grupo Focal, foram realizados encontros virtuais em que uma das falas de um dos interlocutores saltou à minha inquietação de pesquisadora: “[...] *antes da gente quarentenar* [...]”. O termo quarentenar resguardava uma ação imbricada em subjetividades, indo além de um período pandêmico, revelando um *modus vivendi* adaptado à uma nova realidade, me alertando para a importância de ampliar o olhar sobre como os sujeitos, em diferentes situações de vida, vivenciaram, ao seus modos, a pandemia.

Deste termo surgiu o interesse em aprofundar o objeto de investigação, com o foco em sujeitos que puderam seguir com as orientações para ficar em casa, e que portanto, se mantiveram em distanciamento físico durante algum período da pandemia de COVID-19.

O objetivo do estudo, portanto, debruçou-se em compreender como os sujeitos em distanciamento físico agenciaram suas práticas alimentares durante a pandemia de COVID-19. Para isso, outros objetivos foram essenciais para subsidiar a investigação, sendo

eles: descrever as práticas alimentares dos sujeitos em distanciamento durante a pandemia; analisar as permanências e transformações das práticas alimentares destes sujeitos a partir da pandemia de COVID-19; compreender os sentidos atribuídos à experiência do comer, da comida e da comensalidade, assim como do saudável na pandemia de COVID-19.

O meu olhar enviesado de nutricionista, de formação com base técnico-científica oriundo das ciências biomédicas, solicitou um esforço em mobilizar no percurso teórico-metodológico e interpretativo elementos que permitissem ampliar o olhar. Dessa forma, busquei inspiração e aproximações no interstício entre as Ciências Sociais e Humanas em Saúde e as Ciências da Nutrição, que o campo da alimentação e nutrição comunga, de modo a tecer as análises que o objeto do estudo conclamava.

Mas os dados mostraram mais do que o objetivo inicialmente proposto. A pandemia performou um “laboratório” da experiência de comer em casa, tão valorizado e colocado como promotor de práticas alimentares saudáveis pelas Ciências da Saúde e pelo senso comum. Seria de fato o ambiente doméstico, *per si*, capaz de promover práticas alimentares saudáveis?

As análises em torno desta nova problemática reiteraram a complexidade das práticas alimentares que se dá em um contexto dentro do qual o modo de vida moderno carrega a multiplicidade de comensalidades urbanas, que então invadiram a casa.

A pretensão pauta-se nas contribuições deste estudo para o campo da alimentação e nutrição, na perspectiva da alimentação como um fenômeno social sob influência de elementos históricos, psicoemocionais, econômicos, culturais, ambientais, biológicos entrelaçados com tantos outros elementos da contemporaneidade. Elementos tais imprescindíveis para o conhecimento do campo, assim como para o desenvolvimento de estratégias e iniciativas de educação alimentar e nutricional e na formulação de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional em suas múltiplas dimensões.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2 OBJETIVOS	15
3. ESTADO DA ARTE	15
3.1 O confinamento durante a pandemia de covid-19	15
3.2 Práticas alimentares: dimensões teóricas e caracterização do comer contemporâneo.....	24
4. O PERCURSO METODOLÓGICO	30
4.1 Universo empírico	31
4.2 Produção e análise dos dados	32
4.3 Aspectos éticos	34
5. RESULTADOS	34
Artigo - “Comer em casa”: um estudo qualitativo sobre as práticas alimentares durante o distanciamento físico na pandemia de covid-19.	35
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO	54
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55
8.APÊNDICES	63
8.1 APÊNDICE A – TCLE	66
8.2 APÊNDICE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	68

1. INTRODUÇÃO

Presente ao longo da história da humanidade, as pandemias ocasionaram profundas rupturas no sistema social (GRISOTTI, 2020) e, em dezembro de 2019, o mundo foi confrontado com uma nova doença infecciosa emergente- a COVID-19.

Com seu início na China e dada a velocidade com a qual a COVID-19 se espalhou da cidade de Wuhan para os demais continentes, a Organização Mundial de Saúde (OMS) a classificou como pandemia em 11 de março de 2020, devido ao número de infectados e de mortes alarmantes, conduzindo quase todo o planeta a uma crise sanitária e humanitária (WHO, 2020a; WHO, 2020b; SOUZA, D. O., 2020; LIMA *et al*, 2020).

À época, não havendo nenhum tratamento comprovadamente eficaz (antivirais específicos eficazes para a prevenção e tratamento da doença) e nem vacina (durante o primeiro ano da pandemia) para a COVID-19 e visando reduzir a transmissão do Coronavírus e o número de óbitos, assim como evitar o colapso dos sistemas de saúde, uma série de intervenções não farmacológicas foi implementada de forma gradual, distinta e temporária nas diferentes localidades mundo afora (RAFAELL *et al* 2020). Dentre elas, o distanciamento social, as barreiras sanitárias, fechamento dos comércios considerados não essenciais, somada às medidas higiênicas, entre outras (WHO, 2020; FREITAS & LOPES, 2020).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020, na cidade de São Paulo, sendo a partir desta data implementadas as primeiras medidas de distanciamento social, a começar pelo Distrito Federal e, da segunda quinzena de março em diante nos demais estados do país. Em 17 de março de 2020, na Bahia é decretada a quarentena dos grupos de risco, e em 19 de março são suspensas as aulas e eventos públicos e privados (SILVA *et al*, 2020).

O distanciamento social, enquanto uma das medidas de enfrentamento da pandemia de COVID-19, se constituiu em uma estratégia fundamental recomendada pela OMS e por entidades científicas do mundo todo, sendo considerada uma das opções mais eficientes para a mitigação e controle da COVID-19 (ANDERSON, HEESTERBEEK, HOLLINGSWORTH, 2020).

Apesar da expressão “distanciamento social” ter sido utilizada durante a pandemia, de fato se realizou nos moldes de um distanciamento físico, uma vez que o contato social sem proximidade física foi alavancado pelas redes sociais virtuais diante da pandemia de COVID-19 (BATISTA, 2020; SILVA-JÚNIOR, 2020).

O distanciamento físico desorganizou a vida social, interferindo em uma “dita” normalidade contemporânea e a cidade como expressão e movimento da vida em sua complexidade, que carrega materialidades e subjetividades que se (re)estruturam (e sendo por ela estruturada) (PRADO E AMPARO-SANTOS, 2019) se modificou diante das medidas de controle e prevenção da COVID-19. Esse cenário de significativas modificações nos modos de produção da vida (trabalho, consumo, lazer, convivência), com a recomendação de ficar em casa, trouxe também impactos nas formas de lidar com o corpo, o comer e a comida, afetando as práticas alimentares baseadas na experiência da comensalidade urbana.

Nesse contexto, o Núcleo de Estudos e Pesquisa em Alimentação e Cultura (NEPAC) buscando compreender como as pessoas estavam lidando com as práticas corporais e alimentares durante o período de distanciamento social em decorrência da pandemia de COVID-19, recorrendo à técnica de Grupo Focal para produção dos dados.

Diantes de tantos relatos, expressões e vivências compartilhadas nos grupos focais por meio de encontros virtuais, um termo proferido por um interlocutor ao narrar sua experiência na pandemia salta à inquietação científica sobre a expressão “quarentenar”, referindo-se à rotina doméstica no período da pandemia. Era preciso aprofundar a compreensão da vida social e das práticas alimentares no contexto da pandemia.

Parte-se, portanto, do pressuposto de que a pandemia de COVID-19 e seu emblema “fique em casa” representava mais do que um confinamento doméstico, demandando adaptações e reorganização da rotina, diante de modificações do contexto urbano. E, sendo a alimentação influenciada por novas normas que reorganizam e ressignificam a alimentação contemporânea (KUWAE *et al.*, 2016), o presente estudo buscou compreender como as pessoas que puderam seguir com as recomendações de distanciamento físico agenciaram suas práticas alimentares diante do modo de vida imposto pela pandemia.

Diante desta pesquisa se reconhece a alimentação como fenômeno mediado pela cultura e a influência dos diferentes contextos sobre as práticas alimentares. Pretende-se, portanto, com o desenvolvimento do estudo, produzir saberes que possam contribuir para a compreensão das práticas alimentares considerando sua multidimensionalidade e as especificidades micro e macrosociais que as influenciam.

2. OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL:

Compreender como os sujeitos em distanciamento físico agenciaram suas práticas alimentares durante a pandemia de COVID-19.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Descrever as práticas alimentares dos sujeitos em distanciamento durante a pandemia;
- Analisar as permanências e transformações das práticas alimentares destes sujeitos a partir da pandemia de COVID-19;
- Compreender os sentidos atribuídos à experiência do comer, da comida e da comensalidade, assim como do saudável na pandemia de COVID-19.

3. ESTADO DA ARTE

3.1 O distanciamento físico durante a pandemia de Covid-19

Desde a emergência do novo Coronavírus, na China, em dezembro de 2019, que desencadeou a pandemia de COVID-19, a humanidade tem enfrentado uma grave crise sanitária global (AQUINO et al, 2020). Tendo como problema central a possibilidade de um colapso dos sistemas de saúde para atendimento dos sujeitos acometidos pela doença, a OMS declarou situação de pandemia, apresentando à época, 118 mil casos em 114 países e 4,2 mortes por COVID-19 (OPAS, 2020).

Os dados em 21 de outubro de 2021 somam mundialmente 241.886.635 casos confirmados, 4.919.755 mortes, com o Brasil ocupando o trágico terceiro lugar no ranking mundial apresentando 21.664.879 casos confirmados e 603.855 mortes provocadas pela pandemia (OMS, 2021).

No Brasil, o Ministério da Saúde confirmou o primeiro caso do coronavírus numa quarta-feira de cinzas (26 de fevereiro), marcando o último dia dos festejos do carnaval de 2020. Dias de folia, aglomeração e alegria substituídos pelo medo e insegurança. Assim, foi

declarada, pelo então ministro da saúde, Luiz Henrique Mandetta, Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV) (BRASIL, 2020a).

Em 11 de março do mesmo ano, o Ministério da Saúde através da Portaria nº 356 (BRASIL, 2020b), em um cenário de transmissão comunitária, estabelece as medidas para enfrentamento da doença em decorrência da pandemia, similares àquelas adotadas em outros países¹. De acordo com a intensificação da situação sanitária, com aumento do número de casos e mortes, não existindo tratamento eficaz, e à época sem vacina, tornou-se necessária intervenções não farmacológicas, adotando-se medidas de controle de forma não simultânea e variável entre as diferentes regiões do país (MORAES, 2020), a fim inibir a transmissão do vírus, desacelerar a disseminação da doença, e conseqüentemente diminuir e postergar o pico de ocorrência na curva epidêmica (ANDERSON, HEESTERBEEK, HOLLINGSWORTH, 2020).

Consideradas medidas de saúde pública com alcance individual, ambiental e comunitário (GARCIA, DUARTE, 2020), diferentes intervenções não farmacológicas foram recomendadas diante de um quadro de transmissão que ocorre por meio de gotículas produzidas pelas vias respiratórias das pessoas infectadas.

As principais medidas incluíram reforço da prevenção individual através do uso das máscaras, incentivo à higienização das mãos, desinfecção de objetos e superfícies (compras, celulares, maçanetas, corrimão, dentre outros), adoção da etiqueta respiratória (cobrir a boca com o antebraço ou uso de lenço descartável ao tossir e espirrar), arejamento e limpeza rotineira de ambientes, isolamento de casos e medidas progressivas de distanciamento físico, fechamento de comércio não essenciais, escolas, universidades e locais de convívio comunitário, proibição de eventos públicos (eventos sociais, esportivos, teatros, cinemas, shows) e aglomerações, restrição de viagens e transportes públicos, conscientização da população para que permanecessem em casa (MORAES, 2020; AQUINO *et al*, 2020; GARCIA, DUARTE, 2020; FILHO *et al*, 2020).

Castiel (2010) aborda o conceito de risco, sinalizando a percepção de se viver em um ambiente globalizado de risco - uma sociedade catastrófica - onde uma aura de ameaça paira podendo atingir a todos de uma maneira particularizada, sendo por isso incorporadas

¹ As recomendações para enfrentamento global ao vírus Sars-CoV-2, desde a declaração da Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, foram definidas pelo Comitê de Emergência do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O RSI entrou em vigor no dia 15 de junho de 2007, sendo atualizado em 2015, possui a assinatura dos 196 Estados Membros da OMS, que coordena as respostas às emergências. O Regulamento é um instrumento jurídico internacional que estabelece um acordo de governança global de saúde e define as diretrizes frente a casos de emergências sanitárias globais para combater possíveis pandemias (PAHO, c2021).

condutas que possa administrar os modos de viver - comer, beber, exercitar-se, expor-se ao sol, manter relações sexuais - como formas de cuidado.

A noção de risco então estaria envolta com a exposição da população mundial a um novo vírus (o Sars-Cov-2) que representava uma ameaça, sobretudo por não haver imunidade, pelas condições de vulnerabilidade de determinados grupos sociais classificados como grupos de risco (idosos, pessoas com doenças crônicas) ou por precariedade das condições de vida e pela insuficiência da capacidade para respostas e redução dos riscos e danos à saúde da população, aspecto este relacionado, por exemplo, à infraestrutura de saúde (CEPEDES, 2020).

Nesse sentido, palavras como pandemia, quarentena, confinamento, lockdown, distanciamento e isolamento social e serviço essencial passaram a fazer parte do vocabulário cotidiano, resgatando alguns termos historicamente experimentados em outras epidemias em séculos passados, permeando grandes eventos da história da humanidade, dado o impacto que as doenças provocaram à sua época. A exemplo, cita-se a peste ateniense (430 a.C.), a varíola (século XV), a cólera (1817), a gripe espanhola (1918-1920), a AIDS (identificada nos anos 1980), a gripe suína (2009) e mais recente e em curso a COVID-19 (VICK, 2020; CASTAÑEDA GUILLOT & RAMOS SERPA, 2020).

O conceito hegemônico e que tradicionalmente define as respostas às emergências sanitárias globais considera que pandemia é a disseminação geográfica rápida de uma nova doença, para qual as pessoas não têm imunidade, que se espalha de forma simultânea por diferentes continentes e com transmissão sustentada de pessoa para pessoa (FIOCRUZ, 2020).

O conceito de quarentena se imbrica com o conceito de contágio e marca sua existência desde o século XIV, estando relacionado ao propósito de impedir o contato com pessoas acometidas ou potencialmente portadoras de doença contagiosa para evitar sua disseminação (NETO, 2020). Segundo o autor, a adoção da quarentena como medida de saúde pública ocorreu pela primeira vez em 1374, na atual Itália, durante a pandemia de Peste Negra (ou peste bubônica) que assolou a Europa, acometendo fatalmente 25 a 50% da população européia.

O período de quarenta dias para observação foi definido para pessoas que chegavam por terra, precedentes de locais onde existia a doença, ficando alocadas fora dos muros da cidade de Ragusa (hoje Dubrovnik, na Croácia). Tal determinação era válida também para habitantes da cidade que tivessem contato com as pessoas, navios ou mercadorias em comprimento desse período de reclusão (NETO, 2020).

A partir deste traço histórico, a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) conceituou a quarentena como a limitação da liberdade de trânsito de pessoas sãs que foram expostas à doença transmissível por um período estritamente necessário para controlar o risco de contágio, definindo, portanto, que pessoas expostas não saiam de um determinado local ou que sua assistência seja restringida a determinados lugares (LEITE, 2007).

Assim, a quarentena está relacionada a restrição compulsória ou obrigatória de pessoas ou grupos de pessoas, que tenham sido expostas a doenças contagiosas, mas não estão doentes (CENTRON & LANDWIRTH, 2005). Pode ser realizada no nível individual ou de grupo, mantendo-se as pessoas expostas nos próprios domicílios, em instituições ou outros locais designados para tal fim (AQUINO *et al.*, 2020). Diferencia-se do conceito de isolamento que representa a separação de pessoas enfermas com doenças contagiosas (CENTRON & LANDWIRTH, 2005).

Já o distanciamento físico refere-se às medidas de enfrentamento que objetivam reduzir as interações em uma comunidade, que pode incluir pessoas infectadas ainda não identificadas e, por isso, não isoladas. Considerando que a doença é transmitida por gotículas respiratórias, o distanciamento físico permite reduzir a transmissão evitando a proximidade física que propiciam o contágio (AQUINO *et al.*, 2020).

O distanciamento físico pode se tornar extremo, a partir de uma intervenção rigorosa aplicada a toda uma comunidade, cidade ou região, visando uma contenção comunitária ou bloqueio (em inglês lockdown) com o objetivo de reduzir drasticamente o contato social (WILDER-SMITH & FREEDMAN, 2020). Neste caso, as pessoas são proibidas de saírem de seus domicílios, exceto para aquisição de suprimentos básicos ou a ida a serviços de urgência.

No contexto brasileiro, a estratégia do distanciamento físico é objeto de disputas no campo político, econômico e sanitário. O discurso negacionista de representantes do Governo Federal, incluindo o Presidente da República, frente à pandemia, desqualificaram continuamente os riscos e a adoção das medidas de prevenção fundamentadas cientificamente, em especial o distanciamento físico, sob o argumento de preservação da economia, estabelecendo-a como prioritária à preservação da vida (ALMEIDA BARROS & CÂNDIDO MATIAS, 2021; TAVARES, OLIVEIRA JÚNIOR & MAGALHÃES, 2020; SOUSA, 2021).

Com o pretexto de defender a economia e o emprego, o Governo Federal se opôs às medidas de enfrentamento, destoando do posicionamento de governantes de países que obtiveram resultados positivos no controle da pandemia. Tal postura suscitou em boicote às

iniciativas de enfrentamento da pandemia pelo SUS, pela sociedade, pelos estados e municípios do país. E as ações de apoio econômico e social à população desempregada e impedida de trabalhar e às pequenas empresas não aconteceram de maneira universal, tardaram e sua implementação foi lenta e apresentou dificuldades de operacionalização (CAMPOS, 2020).

Diante deste cenário, abordagens descentralizadas marcaram as ações dos governos estaduais e municipais, definindo suas estratégias de forma local. O tipo de medida e o momento da sua implementação se deu com base no momento epidemiológico (número de casos e de óbitos) de cada localidade.

As primeiras medidas de distanciamento físico implementadas no Brasil ocorreram no Distrito Federal, em 11 de março de 2020 e nos demais estados a implementação das medidas ocorreram entre 13 a 28 de março de 2020. De forma geral, a suspensão de eventos e/ou a quarentena dos grupos de risco foram as primeiras medidas a serem adotadas pela maioria dos estados (SILVA *et al*, 2020).

A implementação das medidas de distanciamento físico deu-se a partir da definição dos serviços considerados essenciais para continuidade de forma presencial e *in loco*, estabelecidos pelo Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020² (BRASIL, 2020c). Assim, serviços não essenciais foram paralisados ou passaram a ser desenvolvidos em *home office*. Dessa forma, eventos públicos e/ou privados (eventos sociais, esportivos, teatros, cinemas, shows) foram suspensos e determinado o fechamento de centros comerciais (shoppings, galerias e congêneres), academias, centros de esportes e religiosos (estabelecimentos que geram aglomerações por sua natureza) (BRASIL, 2020c; SILVA *et al*, 2020).

Também foram suspensos o funcionamento de estabelecimentos alimentícios (bares, restaurantes, lojas de conveniência, e similares), incluindo proibição de atendimento ao público presencial e/ou consumo no local (BRASIL, 2020c; SILVA *et al*, 2020), sendo permitido o sistema delivery.

As atividades educacionais (públicas e privadas, incluindo creche, ensino infantil, fundamental, médio e superior) foram suspensas, sendo substituídas pelo ensino remoto, e

² O Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, define os serviços públicos e as atividades essenciais e regulamenta a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 (que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019). O decreto sofreu subsequentes revogações de seus capítulos ao longo da pandemia, incluindo mais serviços considerados essenciais. A lista completa dos serviços públicos e atividades essenciais considerados indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade podem ser consultada no Diário Oficial da União disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.html

estabelecido regime especial de trabalho (teletrabalho/home office/trabalho remoto) para funcionários que estavam nos grupos de risco para a COVID-19 (indivíduos com idade igual ou superior a 60 anos, gestantes ou lactantes e/ou portadores de doenças crônicas) (BRASIL, 2020c; SILVA *et al*, 2020).

A lista com o conjunto de atividades essenciais é dinâmica e reconfigurada com o avançar da pandemia, havendo a inclusão ou exclusão de atividades. Entretanto, Pizzinga (2021) adverte que a flexibilização das atividades econômicas deveriam ser orientadas pelos dados relativos aos óbitos, infecções e ocupação de leitos, no entanto, no Brasil, o que se observa é que a cronologia dos decretos voltados para a ampliação das atividades essenciais não converge com o retrato da pandemia, havendo ampliação destas em meio ao recorde de óbitos. Incongruências que refletem posicionamento político, vulnerabilidades sociais e desmantelo econômico de um país imerso em um imenso abismo de desigualdades.

A sustentabilidade e a efetividade das medidas implementadas citadas relaciona-se ao estabelecimento de políticas de proteção social e de apoio a populações em situação de vulnerabilidade, de modo a garantir a sobrevivência, assegurar renda e dignidade aos indivíduos e às famílias enquanto se mantêm as restrições, dada às consequências sociais imediatas que resultam no aumento drástico do desemprego pela redução das atividades econômicas (AQUINO, 2020; FREITAS & LOPES, 2020).

Portanto, de maneira desigual e discriminatória (permeada de intensas inflamações das vulnerabilidades), alguns puderam cumprir com a recomendação de ficar em casa. Outros, pela incredulidade na pandemia, por interesses político-econômicos, por compor o quadro de funcionários dos serviços essenciais ou pela necessidade básica de sustentar a si e a família, mantiveram, dentro do possível, suas rotinas de trabalho. Trabalhadores dos serviços essenciais, informais, empregadas domésticas³, entregadores dos serviços de delivery não puderam escolher e permaneceram nas ruas, fora de suas casas em contato constante, por vezes aglomerados, com outras pessoas. Portanto, a pandemia do novo

³ A especificidade do emprego doméstico no contexto da pandemia reproduziu as desigualdades do mundo do trabalho, inflamando desafios e vulnerabilidades relacionadas às empregadas domésticas, permeado por questões sociais, raciais, de gênero e de saúde do trabalhador. Apesar do trabalho doméstico remunerado não estar na lista de serviço essencial e a nota técnica conjunta nº 04/2020 (BRASIL, 2020d), do Ministério Público do Trabalho, assegurar que tais trabalhadoras pudessem ser dispensadas de suas funções com seus salários garantidos, no Brasil as empregadas domésticas, em sua maioria, não encontram-se registradas formalmente, havendo ainda uma subcategoria, as diaristas, que atuam informalmente e não têm a garantia de dispensa de suas funções com renda assegurada. Se não receberem nenhum tipo de renda (ou se não for compatível com suas despesas), se demorarem a receber o auxílio emergencial, essas pessoas ficam expostas sanitária (por não poderem cumprir a quarentena) e economicamente (PIZZINGA, 2021).

coronavírus se propaga pelo mundo e atinge potencialmente a todos, mas não se pode dizer que ela atinge a todos da mesma maneira (VOLOCHKO, 2020).

Uma pesquisa conduzida por Gonçalves *et al* (2020) visando compreender como os habitantes de Fortaleza se comportavam frente ao isolamento sugerido para conter a pandemia identificou que, saindo menos para trabalhar, não usando transporte público e vivendo em situações com menos aglomerações de pessoas, as classes médias, médias altas e altas tiveram mais condições de manter o distanciamento físico do que as mais baixas. A pesquisa apontou ainda dimensões culturais, comportamentais e de renda atrelada à adesão ao distanciamento físico, marcando as diferentes maneiras de experienciar a quarentena.

Ainda segundo a pesquisa, costumes presentes nas camadas mais populares mantiveram-se em meio à pandemia, como se reunir nas calçadas para bares, jogos e conversas, jogar bola na rua, continuar indo a eventos religiosos, dentre outros, reforçando a rua como uma das únicas possibilidades de lazer de alguns bairros. Assim, os bairros de menor renda estavam mais propícios ao descumprimento da recomendação para manter distanciamento físico, sendo também os mais atingidos pela necessidade de se deslocar para trabalhar (GONÇALVES *et al*, 2020).

Dessa maneira, a pandemia marca experiências de uma vida ordinária, de lados opostos, recortadas por condições de classe, de raça, de gênero e sexualidade. Se, por um lado, há populações dotadas de recursos tecnológicos, econômicos e financeiros que as permitem ficar em casa e expandir a moradia para além das paredes, de outro lado, há os despossuídos desta condição, uma parcela humana condenada à precariedade a qual se junta às fatalidades da doença (MENDONÇA, 2020).

Coadunando com estes dados e reflexões, de acordo com a pesquisa Inloco⁴, o Índice de Isolamento Social variou entre 62,2% e 23,3% durante 22 de março de 2020 e 23 de março de 2021 (INLOCO, c2021), marcando assim dois movimentos: a inconstância da

⁴ O Índice de Isolamento Social foi criado em março de 2020 pela Inloco e desenvolvido para auxiliar no combate à pandemia da COVID-19 nos estados do país. O índice consistiu em analisar o deslocamento das pessoas em diferentes níveis, estados, cidades e microrregiões, mostrando através de gráficos e mapas. O objetivo do Índice consistia em elaborar uma série histórica, iniciada em 01/02/2020 para que fosse possível a identificação de regiões de menor isolamento social, de forma a municiar as autoridades na tomada de decisão e direcionar os recursos de segurança pública, comunicação e saúde no combate à pandemia. A Inloco disponibilizou a seus parceiros e clientes um módulo de software, os usuários que voluntariamente instalaram esses aplicativos, deram as permissões para a coleta de dados pela Inloco. Dessa forma, a tecnologia da Inloco detectava quando o dispositivo móvel permanece por períodos prolongados em determinada localidade, enviando para os servidores a informação do local e o número identificador de publicidade do smartphone (Advertising ID) para contagem da visita a partir da anonimização dos dados de localização. O cálculo é feito com base no número de usuários que não deixaram seu local de residência, inferido a partir da tecnologia desenvolvida, em um determinado dia em relação ao total de usuários daquela mesma região - por exemplo, a cidade. Dessa forma, quanto maior o índice, maior o grau de isolamento estimado do local.

periodicidade do distanciamento físico, que oscilou entre as ondas da pandemia de COVID-19, entre as necessidades de retorno ao trabalho e pela flexibilização das medidas restritivas de enfrentamento da pandemia e, a parcela da população que não manteve o distanciamento físico (por motivos diversos) desde o início da pandemia.

A desigualdade também permeou o acesso aos serviços de saúde para os infectados pelo Coronavírus. O estudo feito por Noronha *et al* (2020), aponta que as regiões Norte e Nordeste são as macrorregiões de saúde com as menores ofertas de leitos de UTI do país. Quanto menor a densidade demográfica maior a distância a ser percorrida para ter acesso a UTI e a aparelhos de ventilação mecânica, tendo o Nordeste, à época, uma defasagem de 67% de respiradores para o contingente populacional no início da pandemia (NORONHA *et al*, 2020). Tendo um percentual de 30,5% da população, a maior do país, unicamente dependente do SUS, o Nordeste estava em situação de extrema vulnerabilidade durante a pandemia (RACHE *et al*, 2020).

Entretanto, a ocorrência de casos de COVID nas regiões metropolitanas das capitais era superior ao interior dos estados (CAVALCANTE E ABREU, 2020; PEDROSA E ALBUQUERQUE, 2020). Este fato é atribuído à alta densidade populacional somada, por exemplo, à inadequada infraestrutura dos conglomerados urbanos, sobretudo nas áreas economicamente mais vulneráveis (FAO, 2020). Enquanto nestas regiões o número de casos já eram alarmantes, o interior ainda resguardava a ocorrência latente do vírus. De acordo com Sampaio *et al* (2021), na Bahia, a progressão espacial do vírus se deu de maneira similar, com Salvador apresentando, em maio de 2020, a maior proporção de casos confirmados (64,61%) no estado. A maior densidade populacional ao lado da inadequada infraestrutura de conglomerados (SAMPAIO *et al*, 2021).

O que parecia distante, presente nos noticiários e no outro lado do mundo, passou a fazer parte da realidade brasileira. Uma guerra sanitária, com diversos conflitos sociais, políticos, econômicos, éticos e humanitários a qual todos foram convocados. Com a liberdade interdita pela orientação para ficar em casa, o ambiente doméstico se transformou no lócus da experiência do confinamento. Era preciso “quarentenar”!

E para aqueles que puderam seguir a recomendação de ficar em casa, o modo de vida urbano e a rotina se deslocou para a casa, tornando-a o único espaço do cotidiano, do trabalho, do estudo, das relações e do comer.

Todos foram afetados pelo vírus mesmo sem serem contaminados por ele e transformou todas as pessoas em transmissoras da morte (MENDONÇA, 2020). Ficar em

casa, em confinamento, era uma responsabilidade social - um cuidado que partia de dentro de casa e se espalhava pelas ruas vazias sem aglomerações.

De repente, hábitos característicos da vida urbana como sair para trabalhar ou estudar, ir às compras, fazer exercício físicos na academia, ir a restaurantes, cinema, bares, encontrar pessoas, as visitas de domingo, o encontro com a família e amigos, comemorações de aniversário, casamento, batizado se tornaram elementos do medo da contaminação (GONÇALVES *et al*, 2020).

Nesse sentido, a pandemia promoveu uma mudança radical na relação casa-cidade como definidora dos espaços-tempo, concentrando no ambiente doméstico as atividades da vida cotidiana, onde a casa passa a ser síntese do que antes era desenvolvido em diferentes lugares da cidade (CARLOS, 2020), mudando o cotidiano social e familiar (ARAÚJO & LUA, 2021).

O trabalho foi deslocado para novo endereço, descaracterizando a lógica das transformações geradas pela Revolução Industrial do século XIX - que criou a fábrica e forjou a separação dos mundos privado e público, de vida produtiva (trabalho remunerado) e reprodutiva (atividades domésticas e de cuidado). Impedido de ocorrer no espaço da “fábrica”, o trabalho mudou-se para a casa, reorganizando a vida e colocando em disputa direta, no mesmo espaço e tempo, o trabalho envolvido na reprodução e com o trabalho produtivo (ARAÚJO & LUA, 2021).

Dessa forma, segundo a PNAD COVID (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios no âmbito da pandemia Covid-19), o percentual de pessoas ocupadas não afastadas de seus empregos e que estavam trabalhando remotamente variou entre 13,3 e 9,1 milhões, entre maio e novembro de 2020 (IBGE, 2020). São trabalhadores e trabalhadoras que tiveram que se adaptar a uma nova forma de trabalhar, a de exercer suas funções profissionais de forma remota, em casa⁵ (BRIDI, BOHLER, ZANONI; 2020).

A área da educação foi uma das afetadas, por se constituir em espaço de aglomeração, tendo a suspensão das atividades presenciais pelas instituições educacionais públicas e privadas, em que o ensino presencial físico transitou para o remoto, sendo viabilizado pelas tecnologias de informação e comunicação (BERNARDO, MAIA, BRIDI; 2020).

⁵ Termos como teletrabalho, trabalho remoto e *home-office* têm sido utilizados como sinônimos no contexto da pandemia, entretanto registra-se na literatura diferentes conceitos para o trabalho realizado em casa, apresentando inclusive modificações temporais significativas. Não sendo o objetivo deste estudo abordar estas definições conceituais, será adotado o termo teletrabalho para o trabalho realizado fora do local de trabalho, de propriedade do(a) empregador(a), destinado ao trabalho e consumo da jornada laboral (BRASIL, 2017).

Com o modo de vida afetado pela pandemia, os sujeitos adaptaram suas práticas alimentares. A troca de experiências da vivência da pandemia a partir dos diálogos e das fotos nas redes sociais, as propagandas dos serviços essenciais disponibilizando a compra de produtos alimentícios (inclusive da agricultura familiar) através de aplicativos e sites e a entrega por meio do delivery denunciavam transformações diante de um contexto urbano modificado.

O contexto atrelado ao fenômeno da pandemia repercutiu então nas práticas alimentares afetando a compra e a higienização dos gêneros e produtos alimentícios, as escolhas e os rituais alimentares, o modo de preparo e consumo das refeições, se consolidando em uma experiência de agenciamento das práticas alimentares contemporâneas durante a pandemia de COVID-19.

3.2 Práticas alimentares: dimensões teóricas e caracterização do comer contemporâneo

A alimentação, enquanto uma atividade humana, constitui-se como fundamental na dinâmica histórica das sociedades, não somente por razões biológicas, mas também por envolver aspectos econômicos, sociais, científicos, políticos, psicológicos e culturais (PROENÇA, 2010). Estabelecendo, assim, uma conexão bioantropológica, sendo a alimentação um dos fatores estruturantes da organização social (POULAIN, 2013)

Nessa perspectiva, as práticas alimentares são compreendidas como ações construídas e reproduzidas social e historicamente, veiculando identidade cultural, condição social, religião, memória familiar e a época, tornando-se, enquanto objeto legítimo de análise social, uma prática universal reveladora de aspectos da sociedade e da cultura, assegurando sua dimensão sociocultural (GARCIA, 1994; AVELLAR, 2018; AZEVEDO, 2017).

Por meio das práticas alimentares, evidencia-se valores e dimensões socioculturais diversos, reafirmando visões de mundo e crenças ou recriando e reelaborando as experiências vividas, assim como informações sobre as diferentes formas de ser, pensar e agir de uma sociedade (CANESQUI, 2005; AMPARO-SANTOS, 2008).

Como parte de um conjunto de elementos que compõem a cultura e o patrimônio alimentar, integram as práticas alimentares a seleção, o consumo, a produção da refeição, o modo de preparação, de distribuição e de ingestão, podendo ser observado também crenças, símbolos, escolhas e condutas, inseridos em sistemas sociais e culturais específicos e conferindo distintos significados ao que se come, como, quando, onde e quem consome,

como são adquiridos e preparados (AVELLAR, 2018; SANTOS, 2008; SANTILLI, 2015; CANESQUI, 2005).

Nesse sentido, as práticas alimentares, de natureza complexa, delimitada social, econômica e politicamente, são fruto do resultado acumulativo das opções apresentadas aos comedores e de suas decisões tomadas no contexto de sua interação, mesmo em situações-limite. Podendo, o comedor, a partir das discrepâncias que se produzem entre a socialidade e sociabilidade⁶, criar um espaço de liberdade que permite adaptar, modificar e fazer evoluir as formas de suas práticas alimentares (CORBEAU, 1997; CONTRERAS & ARNAIZ-GRACÍA, 2011).

Nesse espectro, o alimento escolhido, permitido e preferido resulta de ordens e contra ordens, invenção cultural e uma experiência pessoal (PROENÇA, 2008).

As práticas alimentares se inscrevem numa potência socioantropológica de saberes e fazeres em torno do comer, traduzindo em atos as práticas sociais envolvidas no fenômeno alimentar. As práticas alimentares, portanto, circunscrevem escolhas, condutas, crenças e símbolos relacionados ao ato de comer, assim como ao ato de comprar, de cozinhar, da comensalidade e de cuidar do corpo, perpassando pelas dimensões de gênero, classe, étnicas-raciais e econômicas que caracterizam e representam os sujeitos que agenciam tais atos.

Ao contextualizar as práticas alimentares contemporâneas, evidencia-se novas relações com a alimentação a partir de transformações sociais ocorridas, especialmente ao longo do século XX e início do XXI, devido ao intenso processo de urbanização e industrialização. Tal movimento afetou os modos de produção e as relações de trabalho (marcada pela competitividade e pela fragilidade dos vínculos trabalhistas), desencadeando na ampliação do comércio e em novas relações entre o indivíduo e a coletividade, caracterizando a modernidade alimentar, enquanto um fenômeno histórico marcado por mudanças em torno do sistema alimentar no contexto contemporâneo (PRADO & AMPARO-SANTOS, 2019; FONSECA *et al*, 2001).

A dinâmica em torno da industrialização e da urbanização, portanto, orientada pelo movimento capitalista, estruturou a sociedade num *modus vivendi* urbano estabelecendo

⁶ A noção de socialidade refere-se ao conjunto de determinantes sociais e culturais que pesam sobre o ator social, definindo o que deve ser adquirido por seus membros em função do lugar que eles ocupam em um dado conjunto, da situação concreta de hierarquia socioeconômicas, das relações sociais por sexos, do acesso específico ao conhecimento e dos modos de saber-fazer. Enquanto que a sociabilidade redireciona o modo como os indivíduos em interação interpretam em um dado contexto as regras impostas pela socialidade, correspondendo a originalidade da atualização concreta de seus determinismos sociais, podendo aceitar o produto da socialidade ou desenvolver dinâmicas criativas através de inter-relações provocadas.

novas formas de ser, pensar, sentir, agir e também nas formas de comer. Como produto, levou-se a uma reordenação do tempo, exigindo aos sujeitos elencar prioridades, sendo restringido o tempo dedicado à alimentação e à convivência familiar (FONSECA *et al*, 2011).

O tempo como marcador das características do modo de comer urbano, traduzia o abreviamento do ritual alimentar, somado aos enfrentamentos de aglomerados de pessoas, vitrines e camelôs, os deslocamentos dos locais de trabalho para os restaurantes, ocupando o percurso e o tempo. Os finais de semana representavam uma ligação mais próxima com o ritual alimentar de uma refeição do passado, onde a comemoração, a confraternização, a hospitalidade, a reunião familiar, o lazer e a visita dos amigos marcam as refeições dos fins de semana (GARCIA, 1994).

O comedor urbano contemporâneo então tem como um dos seus grandes marcadores o tempo, escasso para o preparo e consumo das refeições, assim como a presença de produtos que agregam tempo e trabalho, a amplitude da variedade de itens alimentares, a transferência das refeições de casa para os estabelecimentos que comercializam alimentos, a oferta de produtos provenientes de várias partes do mundo, a publicidade associada aos alimentos, a flexibilização dos horários das refeições e a individualização dos rituais alimentares (GARCIA, 2003). Na lógica pautada na otimização do tempo e trabalho, a curta pausa para a alimentação e o abreviamento do ritual alimentar transforma o comer em uma mera operação de reabastecimento (MOREIRA, 2010).

O modo de vida urbano - acelerado - então levam a uma organização do tempo, elegendo prioridades, de modo que o tempo dedicado à alimentação sofre intervenções, seja através do consumo de produtos pré-preparados e prontos ou através do aumento do número de refeições realizadas fora de casa, representando uma redução da prática culinária intradomiciliar (FONSECA *et al*, 2001).

Soma-se a este contexto, tendências comportamentais, relativas às sociedades de consumo dos países industrializados: a autonomia representa a aspiração à diversidade, tanto de produtos como de serviço e local da alimentação, numa tentativa de romper com as tradições; atrelada a autonomia, a conveniência sinaliza a simplificação relacionada a refeição, seja na otimização do tempo como na facilidade de manipulação e preparo; a desestruturação das refeições, em que as refeições não se apresentam de maneira completa; o cosmopolitismo representa o desejo por refeições diferentes, reproduzindo costumes alimentares de diferentes países; o refinamento que revela a busca da variedade e da sofisticação alimentar; a valorização do natural, numa busca pela qualidade do alimento, seja pelo seu valor nutricional, como pelas preocupações com processos de produção e

conservação de alimentos vindo a valorizar tudo o que for natural, fator estimulado pela consciência ecológica; o equilíbrio alimentar atrelado à conscientização da importância da alimentação na manutenção da saúde; e por fim a valorização da alimentação fora de casa, como um elemento que representa o reflexo de todos os fatores expostos, sobretudo numa tentativa de atender às condições impostas pela transformação do modo de vida (PROENÇA, 2010).

O comedor contemporâneo então é intimado a reequacionar sua vida de acordo com o tempo, recursos financeiros, locais disponíveis para se alimentar, local e periodicidade das compras, dentre outras múltiplas e subjetivas condições (GARCIA, 2003). Todos esses elementos provocam intensas alterações na experiência de tempo e espaço, domesticados pela dinâmica das cidades, incidindo fortemente nas experiências alimentares urbanas, em que a comida de rua se apresenta como uma possibilidade de acesso fácil à alimentação de modo rápido e quase sempre de baixo custo (RODRIGUES & AMPARO-SANTOS, 2019).

As cidades, como expressão e movimento da vida em sua complexidade e magnitude, guardam materialidades e subjetividades, produzindo uma pluralidade de vivências, narrativas, afetividades, memórias e lembranças (PRADO & AMPARO-SANTOS, 2019). Dessa forma, concebe-se as cidades como experiências de comensalidades múltiplas, representando um conjunto complexo de códigos que nos permite compreender as (trans)formações da sociedade à qual pertencemos, que nos constrói e que nos confere sentido (PRADO & AMPARO-SANTOS, 2019).

As cidades extrapolam a dimensão de cenário para as relações dos sujeitos e sequência do cotidiano e se revelam como berço de experiências, produzindo movimentos de pensar, agir e sentir em constante transformações (PRADO, AMPARO-SANTOS, 2019).

Nesse contexto, observa-se uma transformação das práticas alimentares que passa a demarcar os limites entre o interior e o exterior dos lares, na qual boa parte das tarefas do cotidiano sai do espaço doméstico e é assumido pelo setor de mercado, reduzindo a importância da atividade produtiva do lar e colocando o alimento num estado de mercadoria, marcando profundas transformações no espaço social alimentar (POLLAN, 2013).

Este deslocamento carrega um conjunto de complexidades que perpassam pela experiência de comer na rua e agencia novos desenhos da comensalidade contemporânea vivenciados no bojo dos arranjos urbanos (RODRIGUES & AMPARO-SANTOS, 2019) e levando a alimentação fora de casa a assumir diferentes papéis na dinâmica econômica e social (PROENÇA, 2010).

Segundo DaMatta (1985), os espaços da casa e da rua marcam diferentes dimensões do comer e da comida, nas quais o tempo e o espaço seria um organizador externo da vida metropolitana, refletindo os ritmos da cidade no modo pelo qual as pessoas se relacionam com a comida. O autor associa o tempo a uma atividade social bem marcada, estando relacionado à dinâmica da cidade, ao seu ritmo e à sua ordenação. O tempo, assim como o espaço, ordena o conjunto de vivências provadas socialmente. Nesse contexto, as práticas humanas, incluindo as práticas alimentares, são acompanhadas pelas representações de tempo e espaço (HARVEY, 1993 apud GARCIA, 1994).

Paralelamente, os espaços do comer e da comida marcam diferenças simbólicas importantes na qual a comida da rua não poderia substituir a comida de casa e os envolvimentos que nela transcorrem (GARCIA, 1994). Os espaços interferem nos modos de pensar e de comportar-se, sendo organizado com valores e códigos que permitem o discernimento entre a rua e a casa, enquanto espaços ocupados e vividos de maneira distintas, de modo que atitudes, papéis sociais, comportamentos e gestos são adequados a estes espaços. A casa e a rua se opõem ao tempo que se complementam (DaMATTA, 1985 apud GARCIA, 1994).

Os modos de produção da vida e a experiência da realidade cotidiana apresentados se transformaram diante da pandemia. Os atos de comprar, higienizar, cozinhar, comer e cuidar do corpo foram afetados pelas medidas sanitárias para contenção da pandemia, diante do intenso movimento de reconfiguração do espaço doméstico (REIS, VERTHEIN & AMPARO-SANTOS, 2022). Práticas sociais ressignificadas para preservação da vida, diante de um inimigo invisível e mortal que precisava ser evitado e combatido, caracterizando a COVID-19 como um fenômeno provocador de mudanças na identidade social, exercendo uma coerção inegável sobre os sujeitos (CORREA, 2020).

Ao quarentenar, fomos capturados por uma nova rotina, introduzindo novos hábitos ao sair de casa (uso de máscaras, álcool gel e distanciamento físico) e transformando hábitos da rotina doméstica, que passou a dividir o tempo e o espaço com o trabalho, estudo, lazer e cuidado com o corpo.

Este novo cenário impactou nas práticas alimentares, promovendo o retorno da alimentação ao ambiente doméstico (MAYNARD *et al*, 2020), transformações na logística de planejamento e aquisição de alimentos, sobretudo através do e-commerce (SIQUEIRA E BOAVENTURA, 2022) e a retomada das habilidades culinárias e paralelamente com aumento da frequência da prática de cozinhar (RIGAUD, ARAÚJO & CAMPINHO, 2022; SANTANA, COSTA & SHINOHARA, 2021).

O ato de comer também foi impactado, seja pelo intuito de fortalecer o sistema imunológico (BARBOSA-SOUZA & ALMEIDA, 2022) ou em decorrência da influência psicológica, sobretudo da ansiedade diante do distanciamento físico e das restrições sociais (VERTICCHIO & VERTICCHIO, 2020). Dessa forma, houveram repercussões diretas nos hábitos alimentares provocando o aumento das tomadas alimentares (ARO, PEREIRA & BERNARDO, 2021), aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, diminuição dos alimentos in natura (LEÃO & FERREIRA, 2021; COSTA *et al*, 2022; OLIVEIRA *et al*, 2021), assim como ampliação do uso de aplicativos de delivery de comida (BOTELHO, CARDOSO & CANELLA, 2020).

Tais transformações estariam relacionados ainda com a busca por alimentos reconfortantes, *comfort food*, numa ressignificação do ato de comer e da comida e numa reestruturação de seus significados (SANTOS & SOUZA, 2020; MACIEL *et al*, 2022; SALAZAR-FERNÁNDEZ *et al*, 2022) como forma de enfrentar os limites impostos pela pandemia.

Portanto, compreende-se a realidade como algo construído socialmente, estando sujeita às transformações diante de uma assinatura e especificidade histórica e cultural (CONTRERAS & GRACIA, 2011). A partir desta perspectiva a construção da realidade se dá através de um mundo intersubjetivo, em que se percebe os fenômenos considerando a multiplicidade de circunstâncias que os produzem e são produto da coexistência de muitas maneiras de viver e dar conta da existência (CONTRERAS & GRACIA, 2011).

Ao estudar a alimentação a partir deste horizonte, assume-se o vínculo entre a análise sistêmica com o individual, estabelecendo uma conexão entre o nível macrosocial da estrutura, as pautas e as instituições socioculturais (familiares, econômicas, políticas, religiosas e outras) e o nível dos comportamentos e experiências sociais (CONTRERAS & GRACIA, 2011). Dessa forma, a compreensão do comer considera o peso dos contextos em amplo marco social, estando relacionada aos processos adaptativos empregados pelos sujeitos em função de suas condições particulares de existência, no espaço e no tempo (LUZ, 2011).

Portanto, a compreensão das práticas alimentares se insere na investigação de fenômenos sociais contemporâneos, baseadas na realidade, na subjetividade e na experiência.

A partir do contexto da pandemia de COVID-19, do conceito de práticas alimentares e na integração entre as Ciências da Nutrição e as Ciências Sociais e Humanas, pretende-se compreender as subjetividades presentes no agenciamento das práticas alimentares em meio a um cotidiano inseguro e desordenado a partir de uma imersão na

vivência de sujeitos em confinamento doméstico, resultando na interpretação do momento vivido, das transformações e permanências das práticas alimentares destes sujeitos.

Portanto, dar-se-a evidência a importância dos sentidos das práticas, valorizando a vida cotidiana e os discursos na análise da realidade social, considerando que os contextos transformam os movimentos concretos e invisíveis que fazem parte do cotidiano.

4. PERCURSO METODOLÓGICO

Alinhada à complexidade científica do campo da alimentação, buscou-se uma análise que estabelecesse um diálogo das Ciências da Nutrição e das Ciências Sociais e Humanas, de modo a compreender, a partir da vida cotidiana como os sujeitos que puderam seguir com as orientações de distanciamento físico agenciaram suas práticas alimentares no contexto da pandemia de COVID-19.

A partir da abordagem das Ciências Sociais e Humanas no campo da alimentação e nutrição há um estímulo à produção do conhecimento, ampliando-o epistemologicamente, de modo a levar em consideração aspectos culturais, sócio-econômicos, políticos e históricos, conectando indivíduos e sociedade - uma conexão com a realidade social (FREITAS *et al*, 2008; FREITAS, *et al*, 2011). Tais dimensões se tornam essenciais para a investigação da experiência cotidiana, a fim de compreender as práticas alimentares no período da pandemia, de modo a apreender dos relatos dos sujeitos as permanências e transformações de tais práticas e os sentidos atribuídos à experiência do comer no contexto pandêmico.

Esta pesquisa integra o Projeto de Pesquisa “Corporalidades, comensalidades e práticas alimentares em tempos de pandemia de COVID-19 na Bahia, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, que buscou compreender como as pessoas estavam lidando com as práticas corporais e alimentares durante o período de isolamento social em decorrência da pandemia da COVID-19. A referida pesquisa, de cunho etnográfico, que ocorreu em espaço digital, recorreu à técnica de Grupo Focal para produção de dados sobre as experiências de confinamento, na perspectiva das práticas alimentares, de pessoas residentes em diferentes regiões do país.

Fazendo parte do quadro de pesquisadora, o termo “quarentenar” proferido por um interlocutor ao narrar sua experiência doméstica na pandemia chama atenção. O termo convocava para um aprofundamento, de modo a ampliar a compreensão sobre as

permanências e transformações das práticas alimentares, caracterizando o agenciamento de tais práticas de sujeitos que puderam seguir com as recomendações de distanciamento social, ficando restritos ao espaço doméstico.

Adota-se, portanto a pesquisa qualitativa, de caráter exploratória-descritiva, em comunhão com aproximações do arcabouço teórico-metodológico da socioantropologia da alimentação e nutrição, de modo a estabelecer tecer análises entre o objeto de pesquisa, a observação do contexto da pandemia e a descrição da experiência do confinamento, tendo a subjetividade como fundante do sentido.

A pesquisa qualitativa incorpora os sentidos e a intencionalidade como inerente aos atos dos sujeitos, qualificando os aspectos subjetivos através da vivência significativa da realidade objetiva do cotidiano, buscando compreender a lógica interna dos atores quanto aos seus valores culturais, estando a realidade dos fatos permeada pelo campo simbólico e afetivo (MINAYO, 2013).

Possibilita, portanto, analisar os termos analíticos presente na linguagem dos sujeitos, significantes para interpretar a compreensão da realidade sociocultural, concebendo a palavra como um significado de um objeto, onde o discurso é imerso de interpretações sendo através da linguagem que o indivíduo articula os vários aspectos de sua experiência cotidiana alimentar, dando visibilidade aos seus sentidos através da narrativa (FREITAS, *et al*, 2008). A linguagem portanto expressa a relação entre os significados do mundo real e a subjetividade dos sujeitos (FREITAS, 2011).

4.1 O universo empírico

Os sujeitos da pesquisa foram doze adultos entre 28 e 52 anos (Tabela 01 e Quadro 01) que referiram seguir as orientações de distanciamento físico recomendadas pelos órgãos oficiais de saúde, por período que variou entre quatro a quinze meses dos dois primeiros anos da pandemia. Os interlocutores residiam na zona urbana do Recôncavo da Bahia e da Região Metropolitana de Salvador e aceitaram ser voluntários em participar da pesquisa.

A captação dos interessados em participar da investigação foi realizada elegendo um informante-chave seguindo da técnica de *snowball sampling*, em que os sujeitos da pesquisa estimulam e convidam outros sujeitos a participarem, consistindo, portanto, num recrutamento através da indicação de participantes iniciais do estudo até que o objeto seja alcançado (MARSHALL, 1998).

4.2 Produção e Análise dos dados

A partir do interesse em participar da pesquisa, os informantes foram direcionados para um formulário por meio de um link do *Google Forms* (APÊNDICE A), para preenchimento com as informações pessoais e de contato, assim como leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE B).

Após esta etapa a entrevista foi agendada e conforme disponibilidade de dia e horário do informante, sendo oito delas realizadas de forma digital através do aplicativo *Google Meet* e quatro presenciais, conforme interesse e disponibilidade dos interlocutores. Todas as entrevistas foram gravadas (com captação de imagem e/ou áudio) e posteriormente transcritas. O número de entrevistas ficou atrelado a saturação dos dados empíricos.

Considerando o papel da narrativa - contação de história - na conformação de fenômenos sociais, foi utilizada a entrevista narrativa como método de produção de dados para esta investigação. Classificada como uma forma de entrevista em profundidade não estruturada, a entrevista narrativa valida a perspectiva do informante com mínima influência do entrevistado (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2008).

Através desta técnica, se reconstrói ações e contextos, configurando personagens e cenários em que tais ações e eventos são agenciados, mostrando através da contação da experiência pessoal, o lugar, o tempo, a motivação e a orientação do sistema simbólico do informante, sendo uma estratégia de acesso ao real (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2008; CASTELLANOS, 2014).

Privilegiando a realidade do que é experienciado pelos informantes, as narrativas referem-se ao que é real para o contador, propondo representações/interpretações particulares do mundo, expressando a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço. Representa, portanto, tanto ao indivíduo, como se refere ao mundo além dele (JOVCHELOVITCH & BAUER, 2008).

Através das narrativas foram produzidos dados sobre as práticas alimentares (práticas declaradas), correspondendo àquilo que os sujeitos fizeram, durante o período em que se manteve o distanciamento físico. Assim, os interlocutores foram motivados a narrar o cotidiano vivido durante a pandemia, sobretudo relacionado às dimensões das práticas alimentares - planejamento das compras, como e onde são adquiridos os alimentos, o modo de preparo e de consumo das refeições. Sendo composto, desta forma, o rol das práticas alimentares, sendo investigado o que se come, como, quando, onde e com quem se come e seus sentidos atribuídos.

No cruzamento dos dados (normas, modelos coletivos, opiniões, atitudes, valores e sistemas simbólicos), de natureza distintas, que emerge o sentido das práticas alimentares e que permitem reflexões sociológicas sobre as práticas alimentares e ao ato de comer (POULAIN & PROENÇA, 2003).

As entrevistas foram conduzidas de acordo com um roteiro (APÊNDICE C), de modo a auxiliar os interlocutores a trazer os relatos de interesse da pesquisadora.

A análise dos dados produzidos se deu a partir da técnica de análise de conteúdo, definida como uma técnica de pesquisa para descrição objetiva e sistemática (BERELSON, 1952 apud MINAYO, 2013) que permite a interpretação do material de caráter qualitativo a partir de níveis mais profundos das falas, ultrapassando os sentidos manifestos do *corpus* da pesquisa (MINAYO, 2013).

Dessa maneira, precedeu-se uma pré-análise das transcrições, destinada à organização e leitura das narrativas, buscando a construção do perfil do grupo pesquisado (numa perspectiva individual e coletiva), mapeando os dados identificadores de cada sujeito individualmente e do grupo em sua dimensão coletiva, evidenciando questões culturais, socioeconômicas e biográficas.

Posteriormente, foram delineadas singularidades, regularidades e irregularidades do conjunto de narrativas sobre as práticas alimentares durante a pandemia, a partir do cruzamento individual e coletivo das falas e do mapeamento inicial das práticas, de modo a construir categorias de análise que subsidiassem a compreensão do objetivo proposto pelo estudo.

Emergiram, então, três categorias de análise que revelam as mudanças e permanências das práticas alimentares dos sujeitos no contexto do confinamento, assim como a compreensão dos sentidos atribuídos ao comer, à comida, à comensalidade e ao saudável durante a pandemia. Sendo elas: os agenciamentos das práticas alimentares; sentidos e significados da comida e do comer; e discurso do saudável.

De acordo com o objetivo proposto, buscou-se uma aproximação com o conceito de agência, com base nos elementos intercambiáveis a partir da noção do conceito de Weber, Giddens e Latour, subentendendo agência como a capacidade de um ator social realizar as coisas de uma outra forma, transformando-a, atribuindo assim, um sentido subjetivo ao mundo (HUBNER, 2021).

Nesse sentido, o estudo pauta-se na produção de saberes que possam contribuir para a construção de uma ciência que estreite os laços com as dimensões socioantropológicas da questão alimentar e nutricional.

4.3 Aspectos éticos

Esse projeto integra o Projeto de Pesquisa “Corporalidades, comensalidades e práticas alimentares em tempos de pandemia de COVID-19 na Bahia, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura, aprovado pelo Comitê de Ética, parecer número 4.090.204 (APÊNDICE D).

Diante da Resolução nº 466/2012, que versa sobre a pesquisa empírica, foram respeitados os aspectos éticos, em que todos os participantes foram informados sobre a pesquisa e conduzidos para a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Somente após consentimento dos participantes, esclarecidos dos possíveis benefícios, riscos e procedimentos que foram realizadas as entrevistas.

A assinatura do TCLE ocorreu ao final da entrevista, estando de acordo com o artigo 4º da Resolução Nº 510, de 07 de Abril de 2016, homologada pelo Conselho Nacional de Saúde, que permite a obtenção e registro do consentimento em qualquer fase de execução da pesquisa.

Para manter sigilo dos participantes foram utilizados nomes fictícios.

5. RESULTADOS

Para fins desta dissertação, foram utilizados os dados referentes à categoria “agenciamentos das práticas alimentares”, construindo análises que extrapolam a dimensão das permanências e transformações de tais práticas diante do distanciamento físico. Os dados desvelam a pandemia para além destes rearranjos, e se apresentam como um “laboratório” da experiência de comer em casa, pautado em discursos científicos e do senso comum como promotor de práticas alimentares saudáveis.

Demarca-se, assim, a pluralidade das práticas alimentares em ambiente doméstico, que de uma lado foi organizada e que por outro se desorganizou, trazendo elementos de contraposição à perspectiva romantizada ao comer e à comensalidade neste espaço.

Nesse sentido, os resultados estão apresentados em formato de artigo, intitulado **“Comer em casa”: um estudo qualitativo sobre as práticas alimentares durante o distanciamento físico na pandemia de covid-19.** Artigo submetido à Revista Saúde e Sociedade.

ARTIGO

"COMER EM CASA": UM ESTUDO QUALITATIVO SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES DURANTE O DISTANCIAMENTO FÍSICO NA PANDEMIA DE COVID-19.

Gimena Barbosa-Souza, Micheli Dantas Soares, Lígia Amparo-Santos

RESUMO:

Trata-se de um estudo qualitativo cujo objetivo foi investigar o agenciamento das práticas alimentares de sujeitos que aderiram ao distanciamento físico durante a pandemia de COVID-19. Os dados foram produzidos a partir de entrevistas com doze adultos, residentes na Região Metropolitana de Salvador ou no Recôncavo Baiano, que referiram seguir as orientações de distanciamento físico recomendadas pelos órgãos oficiais de saúde. No que tange à análise dos resultados, destacou-se as afetações que atravessaram a experiência do distanciamento físico no âmbito doméstico, provocando redimensionamentos materiais e subjetivos nas práticas alimentares diante do contexto pandêmico, no que se refere à compra de refeições por meio de aplicativo de delivery, no cozinhar, no comer e na comensalidade. Apesar dos relatos estarem atrelados a uma vivência imposta pela excepcionalidade da experiência pandêmica, estes dados insuflam reflexões sobre os modos de viver e transitar em um cotidiano doméstico que, de um lado, não necessariamente reflete ou traduz, de modo quase que naturalizado, os “mantras de uma vida saudável”, e, de outro, revelaram a complexidade em torno de práticas alimentares que se dá em um contexto dentro do qual o modo de vida moderno, em sua multiplicidade de comensalidades urbanas, invadiu a casa.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas alimentares; COVID-19; Pesquisa qualitativa; Alimentação no contexto urbano.

ABSTRACT:

This is a qualitative study whose objective was to investigate the agency of eating practices of subjects who adhered to physical distancing during the pandemic of COVID-19. The data was produced from interviews with twelve adults, living in the Metropolitan Region of Salvador or in the Recôncavo Baiano, who reported following the guidelines for physical distancing recommended by official health agencies. Regarding the analysis of the results, we highlight the affectations that went through the experience of physical distance, causing material and subjective resizing in food practices in the face of the pandemic context, with regard to the purchase of meals through delivery apps, in cooking, in eating, and in commensality. Although the reports are linked to an experience imposed by the exceptionality of the pandemic experience, these data inflame reflections on the ways of living and moving in a domestic daily life that, on one hand, does not necessarily reflect or translate, in an almost naturalized way, the "mantras of a healthy life," and, on the other hand, revealed the complexity around food practices that takes place in a context within which the modern way of life, in its multiplicity of urban commensalities.

KEYWORDS: Eating practices; COVID-19; Qualitative Research; Feeding in the Urban Context.

INTRODUÇÃO

“Mudou muito minha rotina alimentar, ficou tudo descontrolado. No trabalho, eu só fazia tomar meu café e umas dez horas, dez e meia, eu tomava meu chá. Mas aqui em casa era o tempo todo, passava pegava um biscoito, se eu ia na cozinha pra beber água, qualquer coisa que eu visse eu metia na boca” (Ana).

A pesquisa qualitativa a partir de dados empíricos, em sua plena complexidade e profundidade, pode revelar ao pesquisador mais do que a *priori* era proposto investigar. O relato apresentado acendeu a possibilidade para reflexões ampliadas da pesquisa que objetivou investigar o agenciamento das práticas alimentares de sujeitos que aderiram ao distanciamento físico durante a pandemia de COVID-19. Ao se debruçar sobre o *corpus* da pesquisa, a experiência de estar em casa possibilitou ampliar o escopo de análise do comer em ambiente doméstico, tecendo contrapontos às afirmações deste espaço na ordenação de

práticas alimentares saudáveis e ainda sobre a comensalidade como produtora de práticas alimentares saudáveis (BRASIL, 2013).

Diante da emergência de COVID-19 e do distanciamento físico, enquanto estratégia recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e por entidades científicas do mundo todo para enfrentamento e controle da pandemia, a casa passou a ser, para uma parte considerável da população, *locus* quase que estrito do comer e da comensalidade, que antes acontecia também em outros espaços coletivos e públicos.

O distanciamento físico reestruturou a vida social, tendo uma mediação das redes sociais digitais, interferindo no modo de viver contemporâneo e em seus modos de produção da vida (trabalho, consumo, lazer, convivência, etc.), em decorrência da recomendação de ficar em casa. Incorreu, inclusive, nas formas de lidar com o comer, a comida e afetando as práticas alimentares baseadas na experiência de comensalidade urbana.

As demarcações de questões inerentes às práticas alimentares nestes diferentes espaços - do comer enquanto assunto social e, por outro lado, enquanto expressão de liberdade e responsabilidade individual e pessoal - se confundiram, performando agenciamento de tais práticas diante de rearranjos familiares que se conformaram durante o distanciamento físico.

Em que pese as permanências e transformações das práticas alimentares advindas deste cenário afetado pelas restrições da pandemia já amplamente estudadas, as análises sobre o ficar em casa convoca para reflexões em torno da alimentação em âmbito doméstico pautadas sobretudo nas prerrogativas provenientes das Ciências da Nutrição sobre a promoção de práticas alimentares saudáveis.

Considerando que o distanciamento físico pode contribuir para reflexões em torno do tema, o presente estudo objetivou compreender, a partir de dados empíricos, como os sujeitos em distanciamento físico agenciaram suas práticas alimentares durante a pandemia de COVID-19. Doravante, ainda que, reconhecendo a excepcionalidade da experiência pandêmica, pretende-se trazer contribuições ao campo da alimentação e nutrição sobre o tema das práticas alimentares atrelada à promoção da alimentação saudável em ambiente doméstico, levantando contrapontos em torno da afirmação quase que unívoca do “comer em casa” como prática promotora de alimentação saudável.

Dessa forma, é possível refletir sobre dimensões socioantropológicas que permeiam o campo da alimentação e nutrição, mas que são pouco exploradas no campo das práticas e das recomendações nutricionais.

METODOLOGIA

Com abordagem qualitativa, de caráter exploratória-descritiva, a presente pesquisa foi realizada com doze adultos entre 28 e 52 anos que referiram seguir as orientações de distanciamento físico recomendadas pelos órgãos oficiais de saúde. Os sujeitos residiam na Região Metropolitana de Salvador (Salvador e Lauro de Freitas) ou no Recôncavo Baiano (Santo Antônio de Jesus e Nazaré) (Tabela 01).

A escolha foi feita considerando o conceito de urbanidade, no qual as cidades possuem, em sua estrutura espaço temporal, materialidades capazes de serem associadas às atividades e referenciar a prática, tendo implicações na vida social (NETTO, 2013). Dessa forma, o urbano transcende a dimensão espacial e conota referencialidade entre espaço e ato, refletindo em formas de vidas distintas e, portanto, diferentes urbanidades, conferindo uma experiência particular a cada pessoa (NETTO, 2013).

- Os interlocutores foram convidados através da divulgação da pesquisa em redes sociais virtuais, associada à técnica do *snowball sampling*, consistindo em um recrutamento através da indicação de participantes iniciais do estudo até que o objeto fosse alcançado (MILES, HUBERRNAN, 1994).

Os dados foram produzidos a partir de entrevistas realizadas entre outubro e dezembro de 2021 referente às práticas alimentares (práticas declaradas), correspondendo àquilo que os sujeitos fizeram, durante o período em que mantiveram o distanciamento físico, sendo relatado um período que variou entre quatro a quinze meses dos dois primeiros anos da pandemia. Cabe salientar que o período do distanciamento físico relatado pelos interlocutores ocorreu antes do processo de vacinação no Brasil, e que as entrevistas ocorreram em meio às campanhas e num momento de flexibilização das medidas restritivas, conferindo uma narrativa mais confortável sobre a vivência experienciada pelos interlocutores.

Os interlocutores foram motivados a narrar a experiência vivida durante a pandemia, considerando o contexto de vida em que estavam inseridos, sobretudo àquelas relacionadas às dimensões das práticas alimentares - planejamento das compras, como e onde são adquiridos os alimentos, higienização, o modo de preparo e de consumo das refeições. Foram realizadas entrevistas virtuais e presenciais, de acordo com o interesse de cada interlocutor.

As entrevistas foram transcritas e o processo de análise envolveu leituras flutuantes com vistas a familiarizar-se com o material empírico e, em seguida,

desenvolveu-se um processo de categorização para proceder a análise e interpretação dos dados.

Esta pesquisa integra o Projeto de Pesquisa “Corporalidades, comensalidades e práticas alimentares em tempos de pandemia de COVID-19 na Bahia, do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura da Universidade Federal da Bahia (UFBA) , aprovado em Comitê de Ética, parecer número 4.090.204.

Considerando a Resolução nº 466/2012 foram respeitados os aspectos éticos, tendo todos os participantes informado sobre a pesquisa e assinado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Para manter sigilo foram utilizados nomes fictícios.

Apesar da diversidade do contexto de vida dos interlocutores que permitiu atingir os objetivos propostos, cabe ressaltar que o processo de busca dos entrevistados através das redes sociais, de algum modo, circunscreveu-se ao público a que se tem acesso. Destaco nesse quesito que a maioria dos interlocutores possuíam renda acima de cinco salários mínimos durante a pandemia. Este é um fato destoante da grande parcela da população brasileira que sofreu com o aumento do índice de desemprego no país, sobretudo as que já conviviam em situações de vulnerabilidade social, agudização dos vínculos precários de emprego, baixa renda domiciliar per capita e aumento do número de famílias em insegurança alimentar e nutricional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Caracterização do universo empírico

O universo empírico foi composto por mulheres e homens adultos que viviam em contextos urbanos, que seguiram as recomendações de distanciamento físico.

Lara, Eva, Iza, Paulo e Ana moravam com seus núcleos familiares, sendo pai ou mães de crianças menores de cinco anos, convivendo com seus pares e filhos. Bia e Léo mantinham relações homoafetivas sem filhos. Lua era solteira e morava sozinha, enquanto Bela, já divorciada, passou a morar sozinha no início da pandemia. Nina e Malu moravam com seus respectivos companheiros, enquanto Mila morava com colegas da graduação. Lara, Mila, Paulo e Eva, passaram por rearranjos familiares durante alguns meses da pandemia, tecendo novas conformações de convivência doméstica, justificadas pela necessidade de

ampliar a rede de apoio, pelo medo de contaminação pelo Coronavírus e por um cuidado temporário durante a experiência da doença (QUADRO 1).

Os interlocutores exerciam suas funções laborais em empresas públicas, privadas, ou mesmo de forma autônoma. Iza, Lara e Paulo, eram funcionários públicos de instituição de ensino superior pública, elas na função de docente e Paulo enquanto técnico administrativo. Ana era assistente social na Previdência Social. Lua era jornalista com atuação como *social media*, e Bia, advogada. Todos estes passaram a trabalhar em *home office*. Eva, que atuava como psicóloga do CAPS, passou a exercer suas funções em formato híbrido. Malu era digital influencer e vendedora. Léo era gerente de restaurante e durante alguns meses ficou sem atividade profissional, mantendo o vínculo empregatício. Nina era esteticista, tendo sua atividade considerada não-essencial e, por isso, ficando sem exercer sua profissão, se mantendo das reservas financeiras. Bela experienciou o desemprego por alguns meses até conseguir adaptar o exercício profissional à nova realidade. Mila havia acabado a residência profissional e ficou desempregada nos primeiros meses da pandemia (QUADRO 1).

Os resultados aqui apresentados foram um recorte de uma das categorias analisadas durante a pesquisa que tinha por objetivo compreender o agenciamento das práticas alimentares, tendo inicialmente as afetações que atravessam a experiência do distanciamento físico durante a pandemia, que acarretou no confinamento doméstico e os rearranjos familiares e, a seguir, como estes os rearranjos foram fomentados pelas adaptações das práticas alimentares ao contexto pandêmico, destacando as dimensões relacionadas à compra de refeições por meio de aplicativo de delivery, no cozinhar, no comer e na comensalidade.

A experiência do confinamento doméstico durante a pandemia de COVID-19

O distanciamento físico culminou no confinamento doméstico desvelando ações carregadas de subjetividades e experiências distintas, a partir de diferentes contextos e urbanidades vivenciados durante a pandemia. As imposições diante da pandemia de COVID-19 promoveram o deslocamento dos modos de produção de vida para casa, tornando o ambiente doméstico *lócus* de rearranjos para o enfrentamento da pandemia. Diferentes tessituras foram performadas nesse sentido: novos arranjos familiares, deslocamentos intercidades, agenciamento das práticas alimentares, seja a partir das novas demandas de um

cenário urbano modificado, ou pela reestruturação dos sentidos atribuídos à comida e ao comer.

A singularidade destas ações pode ser caracterizada como agenciamento da experiência da pandemia, estando implicada em materialidades e subjetividades inerentes ao contexto de cada interlocutor, que compartilhavam o medo de um *inimigo invisível*. O medo e a insegurança que presumiam a noção de risco de contágio pelo Coronavírus e seus possíveis desdobramentos, do adoecer ao morrer, fomentando o comportamento coletivo de prevenir-se.

Diante das incertezas em torno do contágio pelo coronavírus e da recomendação de distanciamento físico, os resultados apontaram que a percepção de risco impactou na decisão de aderir ao emblema “fique em casa”, uma vez que *não saber exatamente quem poderia ou não morrer, qual era o risco e a inconsistência das informações gerava sensação de medo e insegurança, resultado no medo de sair e até de ir ao supermercado (Lara)*.

Exponenciar a noção de risco durante a pandemia esteve ligada às singularidades de cada interlocutor. Para Lara, a COVID representava um risco não somente a ela mesma como à sua filha que estava em seus primeiros meses de vida quando eclodiu a pandemia. Era preciso protegê-la. Mas, Lara, para além da pandemia, experienciava também a maternidade, em um contexto recluso à casa, com rede de apoio fragilizada e sem auxílio para as tarefas domésticas (reconhecendo as questões de gênero envolta nas atividades cotidianas dos cuidados com casa).

Havia, portanto, uma demanda por suporte familiar e uma tentativa de fuga da ameaça do coronavírus, levando Lara e mais outros interlocutores da Região Metropolitana de Salvador a promover uma diáspora metropolitana em direção ao interior do estado da Bahia. Acreditavam que municípios menores apresentavam uma facilidade de controle da disseminação do vírus pela gestão municipal, assim como um *controle epidemiológico do boca a boca, do saber quem estava contaminado (Paulo)*, gerando um pouco mais de segurança por situar a localização do vírus.

A percepção de segurança pode ser explicada pela diferença na ocorrência de casos de COVID. Enquanto nas regiões metropolitanas das capitais o número de casos era superior (CAVALCANTE E ABREU, 2020), o interior dos estados ainda resguardava a ocorrência latente do vírus, tendo a Bahia espelhado estes dados.

Observa-se que novos arranjos familiares foram se configurando durante a pandemia para dar conta do que o distanciamento físico impactava em cada contexto de vida. Rearranjos estes que se davam em torno do suporte emocional, ou do fortalecimento da rede

de apoio para cuidado com os filhos, ou de proteção contra o risco de contaminação pelo coronavírus, ou ainda em torno das próprias práticas alimentares.

Marca-se, então, neste cenário, o retorno à casa dos pais e o sentido de casa, para os interlocutores, que as cidades do interior tendem a preservar - a coletividade, o acolhimento, a hospitalidade. Um paradoxo diante de uma orientação de isolar-se para proteger-se.

Dada às singularidades que atravessam as experiências humanas, estar no interior do estado durante uma pandemia apresentava outro sentido para Ana que era assolada pelo *medo de precisar de um médico, de um internamento, e ter COVID naquele momento era como ter um diagnóstico de câncer*. Para além da falta de infraestrutura de hospitais da região que pudesse dar suporte aos acometidos pela COVID e das cenas chocantes do colapso do sistema de saúde transmitidas pela TV e pelas redes sociais, Ana tinha um agravante, fazia parte do grupo de risco por ser uma pessoa com obesidade e hipertensão.

As doenças suscitam a elaboração de narrativas sócio-históricas, válidas para um determinado tempo histórico, e produzem representações e imagens sobre o evento pandêmico que, no geral, são associados a acontecimentos assustadores, trágicos e desagregadores do convívio social (SOUSA *et al*, 2020). Neste espectro, o câncer na contemporaneidade apresenta-se como uma das principais causas de morte em todo o mundo, apesar do crescente investimento na implantação de políticas públicas e programas de saúde voltados para a prevenção e diagnóstico precoce (MODENA, *et al*, 2014). Receber o diagnóstico de câncer conota novas condições e limitações impostas pela enfermidade, assim como o peso de um prognóstico. Para uma parcela da população ainda paira uma representação fatalista do diagnóstico de câncer, associando-se com o temor que o COVID provocava. Assim, o diagnóstico de COVID assume para Ana o sentido atribuído ao diagnóstico de câncer, tanto pela percepção da experiência da doença como pelo temor gerado pela incapacidade do Estado em gerir o enfrentamento da pandemia no Brasil.

Portanto, reconhecer a COVID como um risco era uma condição para adesão ao distanciamento social, entretanto não era suficiente, visto que era necessária a possibilidade do trabalho no formato remoto para que o máximo de pessoas pudessem permanecer em casa. Dessa forma, parte da população continuou a sair de casa para procurar trabalho ou para exercer a atividade em serviços considerados essenciais ou básicos à vida, saúde e segurança e conexão tecnológica de todos, ou ainda, as pessoas em situação de rua, que não tinham para onde ir.

O agenciamento de uma nova rotina estritamente doméstica permeou todos os campos da vida cotidiana, sendo necessário *reaprender a viver, trabalhar e se relacionar com as pessoas de uma forma diferente* (Bia). Demarcou-se, então, uma transformação do *modus vivendi urbano* contemporâneo, em que as cidades associadas ao movimento e aos ruídos deu lugar aos silêncios, ao vazio, e à ressignificação do espaço doméstico.

A casa antes da pandemia resguardava seu sentido de descanso para a maioria dos interlocutores. Entretanto, o contexto do distanciamento físico deslocou os sentidos atribuídos à casa, que adquiriu novas funções e sentidos, e converteu-se, para além do abrigo, em escritório, em ambiente de ensino em formato remoto, em lugar de compras e de lazer, conferindo uma plurifuncionalidade da casa (BARATA-SALGUEIRO, 2020).

Esses novos sentidos se confundiram, se modificaram e se ressignificaram ao longo do tempo na pandemia. Apesar da dúvida sobre “*quanto tempo isso vai durar*” (Mila), o imaginário era persuadido pela ideia de duas a três semanas de confinamento. Logo, no primeiro momento, a casa mantém o lugar de descanso do trabalho, de organização da casa, de maior proximidade com os filhos e os demais da casa com quem se mantém uma relação afetiva. Elementos estes que a rotina pré-pandêmica fragilizava, diante do ritmo de vida urbano majoritariamente externo à casa.

Com o passar das semanas, entretanto, a casa assumiu um lugar de conflito diante do confinamento, das restritas relações pessoais, das demandas domésticas, de cuidado e de trabalho que se sobrepunham. A nova dinâmica familiar foi alterada diante da intensificação da convivência. Se, por um lado, foi positivo, por outro acarretou numa *grande carga de estresse e desgaste, por ter que lidar com as limitações, as privações da pandemia, sem ter a alternativa de poder sair um pouco* (Eva).

Considerando a heterogeneidade com que a pandemia se apresentou no contexto cotidiano de pessoas, marcada por questões de raça, gênero e classe social, atingindo as pessoas de forma diversa e peculiar, é preciso situar o contexto da mulher-mãe durante a pandemia de COVID-19 e que foi abordada por Ana e Eva, interlocutoras com filhos menores de seis anos. *Ficar em casa chegava a ser insuportável por conta de toda demanda, inclusive escolares* (Ana), tendo as mães que assumir o desafio extra de ensinar. *Arelado ainda ao emocional da criança impedida de sair; presa em casa, sem convívio com outras crianças* (Ana).

No período pandêmico, as mulheres-mães, que historicamente internalizaram valores de uma cultura maternocentrada (MACÊDO, 2020), conviveram com atividades de *home office* e ensino remoto emergencial, ao lado de rotinas com o cuidado no âmbito

doméstico que foram inflamadas durante a pandemia, que se tornou elemento para adoecimento mental, como a ansiedade, relatada por todas as mulheres-mães interlocutoras desse estudo.

Dessa forma, a experiência de viver em confinamento doméstico durante a pandemia de COVID-19, para além de um período, resguardou ações carregadas de subjetividades que foram pautadas no agenciamento de uma nova práxis urbana, sendo a casa o palco das transformações para sustentar o viver, mediante o risco, em diferentes contextos de vida. A partir do imperativo “fique em casa”, os agenciamentos no espaço doméstico demandaram rearranjos, transformando a vida e desenvolvendo novas formas de estar no mundo e novos modos de comer, de comprar, de cozinhar e da comensalidade (AMPARO-SANTOS, VERTHEIN, REIS, 2022).

Agenciamento das práticas alimentares domésticas em meio à pandemia de COVID-19

Ao ter a casa como síntese do que antes era desenvolvido em diferentes lugares da cidade, mudando o cotidiano social e familiar e as tendências de comportamento e comer contemporâneos, os resultados apontaram que uma das transformações mais centrais se concentrou no comer em casa, redimensionando a prática alimentar doméstica em perspectivas distintas. Se, por um lado, houve movimentos em torno da organização das práticas alimentares para alguns interlocutores, para a maioria deles entretanto, estar em casa provocou desorganizações de tais práticas.

Dessa forma, apresenta-se contrapontos à romantização em torno da comensalidade em ambiente doméstico, largamente disseminada durante a pandemia como oportunidade de ampliar o autocuidado. Experiência que foi atravessada ainda por questões de gênero, inflamadas durante a pandemia, destacando a sobrecarga das tarefas domésticas e a responsabilidade conferida à mulher ao cuidado com os demais da casa, que sobremaneira recaem nas próprias práticas alimentares experienciadas.

Todas essas dimensões deram a tônica para a pluralidade com que as práticas alimentares se revelaram em ambiente doméstico. Paulo, morador de Salvador e funcionário público, pontua a influência da relação espaço-tempo na organização de suas tomadas alimentares. Estar em casa aparece como elemento que ordena uma nova prática, como realizar café da manhã, que a dinâmica da vida urbana, sobretudo nas regiões metropolitanas de Salvador - corrida e externa à casa - não permitia:

Alterou muito minha rotina alimentar porque, por exemplo, o café da manhã virou uma refeição, que antes não era. Eu preferia acordar mais tarde e sair no horário de trabalho do que parar pra fazer o café. E com a pandemia foi uma coisa que eu voltei a fazer, porque eu tive tempo pra fazer isso. (Paulo)

Entretanto, para a maioria dos interlocutores, que tinham o café da manhã na rotina cotidiana, sejam eles do Recôncavo ou da região metropolitana, estar em casa representou “desequilíbrio” e “descontrole”, projetando as subjetividades na prática alimentar diante de uma reconfiguração da relação espaço-tempo experimentada de modo singular e plural.

A gente ficou com mais tempo ocioso, até por não poder trabalhar. Então desequilibrou um pouco isso dos horários. Como eu tinha um tempo maior livre, já não tava aquela questão dos horários certinhos. (Nina)

Descontrole que esteve ainda relacionado ao aumento das tomadas alimentares fora das refeições:

Mudou muito minha rotina alimentar, ficou tudo descontrolado. No trabalho, eu só fazia tomar meu café e umas dez horas, dez e meia, eu tomava meu chá. Mas aqui em casa era o tempo todo, passava pegava um biscoito, se eu ia na cozinha pra beber água, qualquer coisa que eu visse eu metia na boca. (Ana)

Destaca-se que o aumento do consumo alimentar durante a pandemia se apresentou em outros estudos (BARBOSA-SOUZA & OLIVEIRA, 2022), sendo caracterizado como um comportamento alimentar alterado devido ao distanciamento físico e maior permanência em ambiente doméstico.

Esses dados se relacionam de maneira controversa à narrativa sobre a dificuldade de almoçar ou mesmo de realizar a refeição em horários regulares, sobretudo daqueles em *home office*.

Porque como eu estou nesse cenário remoto, se a gente deixar, a gente emenda a manhã com a tarde, e a gente não almoça, né? (IZA)

Nos primeiros momentos da pandemia, observa-se um período de adaptação ao *home office*, em que o momento de alimentar-se divide o espaço e o tempo com o trabalho, ocupando a mesma mesa. Com o avançar da pandemia, e da rotina mais articulada, sentar-se à mesa para comer passa a representar um cuidado de si, sendo (re)criado esse espaço.

Eu comia muitas vezes sentada na mesa do computador. E fazia todas as minhas refeições na mesa, trabalhando e isso chegou a ser angustiante em certo ponto. Porque se o comer é o momento que a gente relaxa, que a gente se desvincula disso, a gente não tava tendo esse corte né? E esse comer na mesa trabalhando, tira um pouco desse romantismo do comer, de preparar. Aí que eu comecei a tentar me tirar desse lugar. Eu comecei a montar as mesinhas pra mim, bonitinha ali com joguinho americano, pra poder conseguir me deslocar desse espaço e voltar a ter da alimentação esse momento terapêutico. (Lua)

Ao refletir sobre a importância da alimentação em sua vida - comer como um momento de relaxar e desvincular do trabalho, e ainda como algo terapêutico - Lua transcende o processo de mecanização do comer, passando a valorizar o momento e a refeição consumida.

E nesse movimento de pontos e contrapontos que o comer em casa carrega elementos potencializadores da comensalidade, em que comer à mesa em casa durante a pandemia passou a representar o momento de estar junto, de resgatar a partilha e o encontro em torno da comida tão caros em períodos pré-pandêmicos - e ressignificado diante do contexto.

Na pandemia, a gente começou a se alimentar mais junto. Mesmo que às vezes não fosse os dois sentados na mesa ao mesmo tempo, mas a gente estava ali no mesmo ambiente. E antes não. Por causa do trabalho presencial, a gente não conseguia conciliar a agenda pra fazer as refeições juntos. E durante a pandemia a gente conseguia fazer isso, tem conseguido na verdade ainda, né? (LARA)

Dessa forma, induzidos pelo confinamento doméstico, alguns sujeitos retomaram o sentar-se à mesa para comer juntos, momento carregado de releituras que vão desde a engenharia de montagem da mesa, optando por peças para deixá-las mais divertida, ao contato digital para o exercício da comensalidade. Por outro lado, pode-se pensar em um contingente de, diante de confrontos e conflitos familiares - por exemplo, registros da ampliação da violência doméstica durante a pandemia - tais exercícios de comensalidade indubitavelmente foram permeados por uma sorte de conflitos.

Apesar dos relatos estarem atrelados à uma vivência imposta pela excepcionalidade da pandemia, requerendo reorganizações nas dimensões materiais e subjetivas, estes dados insuflam reflexões sobre os modos de viver e transitar em um cotidiano doméstico que, de um lado, não necessariamente reflete ou traduz, de modo quase que naturalizado, os “mantras de uma vida saudável”, e de outro revelam a complexidade em

torno de práticas alimentares que se dá em um contexto dentro do qual o modo de vida moderno, em sua multiplicidade de comensalidades urbanas, invadiu a casa.

Nesse sentido, compreende-se que as reorganizações em torno de uma alimentação saudável perpassam intimamente por confrontos, acomodações e instituições de normalidade em face de contextos das modernidades e urbanidades presentes, invocando complexidades em torno das práticas alimentares. Complexidades estas, que no contexto doméstico e da comensalidade, se inscreveram também nas escolhas alimentares, em que a autonomia dos sujeitos em relação às suas escolhas individuais se confundiram com a dimensão social do comer.

É nessa perspectiva que cabe situar a dimensão que o delivery assume no espaço doméstico, durante a pandemia. Diante do distanciamento físico gerou-se um novo comportamento da oferta e demanda doméstica. Isso promoveu novas dinâmicas de consumo alimentar correlatas a aquisição de alimentos adaptadas ao contexto da pandemia, sobretudo, por meio de plataformas digitais e do uso de redes sociais, gerando um aumento expressivo nas compras virtuais (SCHNEIDER *et al*, 2020).

Com os decretos em vigor limitando ou proibindo o atendimento presencial dos estabelecimentos do setor de alimentação, supermercados, restaurantes, lanchonetes e empresas do ramo adotaram ou intensificaram sua presença no ambiente alimentar digital, dando possibilidade para a realização de compras online, uma vez que a adoção do delivery de comida seria mais seguro do que sair para comer (BOTELHO, CARDOSO E CANELLA, 2020).

Nesta esteira do *e-commerce* alimentar, a casa e a rua se entrecruzam para agenciar um modo de lazer que ficou limitado na pandemia - o sair para comer. Para os interlocutores, a comida que era pedida via delivery era *uma reprodução da saída do tempo normal, do lazer* (Paulo), e geralmente acontecia com mais frequência nas noites do final de semana. Entretanto, uma das interlocutoras refere o consumo em outras refeições durante o dia proveniente do delivery.

No interior eu pedia quinta, sexta, sábado e domingo, mas no período da noite. Em Salvador todos os dias, só não pedia pro café da manhã. Pedia pro almoço, pra noite, o lanchinho da tarde. Está com promoção, tô com cupom [...] Ah, tá com promoção de pastelzinho hoje, três por dez. E era cheio de recheio. Vamos pedir.
(MILA)

A narrativa aponta dois dos fatores relacionados à catalisação dos aplicativos de delivery de comida pronta durante a pandemia: a maior disponibilidade e acessibilidade a

refeições preparadas fora do lar (BOTELHO, 2021) e a facilidade em encontrar produtos com descontos (fato que muitas vezes não ocorrem nos estabelecimentos físicos). Entretanto, foi relatada uma diferença nessa expansão de tais aplicativos entre a Região Metropolitana de Salvador e o Recôncavo Baiano.

Em Nazaré é muito restrito, não existe aplicativo [de delivery]. Nazaré colocou ifood tem um mês mais ou menos. Então eu pedia nos lugares da cidade mais conhecidos e que entregava em casa. Quando eu retornei pra Salvador o hábito de pedir comida continuou, e comecei o hábito de pedir pelo ifood todos os dias, só não pedia pro café da manhã. Pedia pro almoço, pra noite, o lanchinho da tarde. Acabo pedindo muito em Salvador, constantemente. (MILA)

Mesmo nas cidades que ainda não possuíam aplicativos de delivery, como o Ifood, estratégias similares foram desenvolvidas, a exemplo do uso de aplicativos de mensagens instantâneas, para acompanhar a demanda do contexto. Entretanto, independente da localidade e da capilaridade do serviço, as opções de alimentação do tipo *fast food* e ultraprocessados imperam nos aplicativos, o que direciona intencionalmente a escolha para este tipo de alimento.

Geralmente a gente pedia o que era mais comum, até porque não tinha muita variedade. As empresas de delivery acabam fazendo o que é mais rentável, que é principalmente pizza e hambúrguer. É o que mais tem, é o que tem promoção, é o que é mais vendido. Pizza a gente gosta muito e era uma coisa muito presente porque talvez das comidas de delivery seja a de melhor custo benefício. Acarajé a gente também pedia. (PAULO)

O delivery, portanto, ocupa o lugar da rua na comensalidade exercida em ambiente doméstico, desconstruindo inclusive a ideia da comida de comer junto e a comida de comer só. Uma vez que alimentos considerados de porções individuais, como o hambúrguer, são pedidos em conjunto, para partilhar o momento de uma comensalidade reconfigurada.

Apesar do aumento da frequência na compra de comida pronta por meio dos aplicativos de delivery entre os interlocutores da pesquisa, houve aumento também na frequência de cozinhar de alguns deles, sobretudo a comida considerada do cotidiano, com a inclusão de refeições antes não praticadas em casa.

Eu passei a cozinhar mais. Então todos os dias eu tinha que fazer o almoço e entrou a janta. (LEO)

Para Léo, a pandemia representou mais uma refeição produzida em casa, entretanto, para alguns interlocutores, as primeiras semanas do distanciamento físico foi um momento de redescoberta do ato de cozinhar, dada à prática alimentar anterior à pandemia de comer fora de casa.

Depois eu tive a fase de querer cozinhar então “ah, eu vou pesquisar uma receita aqui na internet, vou cozinhar e tal”, tava nessa fase boa. Eu tive essa fase de buscar receita, de ficar tentando cozinhar. Que eu acho que era pela ociosidade mesmo. Essa fase foi assim bem nos primeiros dias. Eu não tinha começado a minha rotina de trabalhar em casa. Então eu cozinhava por isso, por ter tempo livre. (BIA)

Após iniciar o trabalho no formato *home office*, Bia retoma a compra de comidas prontas e ao cozinhar de maneira esporádica. Não cabia mais em sua rotina, cozinhar diante das demandas de trabalho.

O cozinhar durante a pandemia, portanto, representa uma retomada do preparo caseiro das refeições, entretanto, num sentido mais deslocado das tradicionais familiares, tendo como referência a procura por mídias sociais, programadas de culinária de televisão com chefs e celebridades e site de buscas de conteúdo na internet (LIMA, 2021). Tem-se, inclusive, o termo “como cozinhar comida” como um dos mais buscados numa plataforma de serviço de buscas, revelando o interesse ou a necessidade de cozinhar durante a pandemia (CASAGRANDE, 2020).

Houve ainda referência à criatividade e à retomada do preparar o que antes era comprado pronto, sobretudo como um momento oportunizado para reunir a família para o preparo, do cozinhar juntos.

A gente passou a fazer as comidas em casa, final de semana a gente sempre tava cozinhando alguma coisa junto, algum almoço em casa, então isso trouxe essa aproximação de fazer alguma coisa junto, de fazer em casa mesmo. A gente passou a ficar inventando o que comer porque mais tempo em casa junto acabava sempre inventando de comer alguma coisa. Inventar alguma receita. Eu comecei a fazer mais bolo, que era uma coisa que a gente comprava pronto. Como tava em casa todo mundo junto sempre inventava alguma coisa pra comer. A diversão passou a ser a comida. (EVA)

Entretanto, as restrições produzidas pela pandemia, impuseram uma nova rotina às mulheres quanto ao cozinhar, sendo atribuído um caráter negativo à tarefa, principalmente quando se torna obrigatória e rotineira. O cozinhar passa a ser considerado então um fardo tanto pela necessidade da repetição diária, como pela impossibilidade de delegar a função a

uma empregada doméstica, por exemplo, em virtude do imperativo de distanciamento físico, ou de realizar as refeições em outros espaços que não o doméstico (RIGAUD, ARAÚJO, CAMPINHO, 2022).

Nesta seara, interessante notar como a dimensão de gênero atravessa o ato de cozinhar conferindo diferentes sentidos à prática, sobretudo diante da obrigatoriedade de preparo das refeições, revelando a feminilização do trabalho culinário no espaço doméstico, conferindo uma sobrecarga relatada por diferentes interlocutoras e, inclusive, reconhecida por um dos interlocutores.

Dentro das tarefas de casa, cozinhar os alimentos é uma atividade que é mais dela (da esposa), não deveria mas a gente vai aprendendo, uma hora eu consigo fazer a metade. (PAULO)

Os homens ocuparam o espaço da cozinha num sentido atribuído ao lazer e ao preparo de lanches e petiscos, e em turnos ou dias mais específicos, como à noite ou nos finais de semana, sendo considerados os *chefs da quarentena*.

Ele cozinava muito esporadicamente. Mas com a pandemia ele ficou caxias mesmo, fazendo todo final de semana, ele fazia uns petiscos. E foi daí que começou, esse negócio dele querer cozinhar. Aí todo final de semana ele cozinava, no sábado e domingo. E ficava o tempo no youtube olhando receita, e queria fazer, tinha hora que do nada ele queria cozinhar. Fiquei viciada, né, porque hoje em dia mesmo merenda aqui em casa você não acha mais porque ele que fazia e agora ele voltou a trabalhar. (MALU)

Diante do retorno ao trabalho de seu marido, Malu retoma às atividades culinárias cotidianas, enquanto ele esporadicamente prepara alguma refeição, em algum dia do final de semana. Para ele não havia, portanto, obrigatoriedade. O cozinhar se dava sob sua própria vontade e escolha do momento, reafirmando a divisão sexual do trabalho doméstico culinário na pandemia.

Alguns estudos têm apontado que o contexto da divisão não equitativa de tarefas domésticas pode ser um determinante do aumento do consumo de alimentos ultraprocessados (LOUZADA *et al.*, 2019) e do aumento da alimentação fora do lar (BEZERRA *et al.*, 2013), sendo uma das motivação para pedir comida por delivery, sobretudo em mulheres-mães com mais de 65 anos, que tiveram o papel de cozinhar para família por longos períodos (LANE *et al.*, 2014).

Nesse sentido, os dados empíricos apontaram como o comer em ambiente doméstico apresentou ambivalências que se constituem como contrapontos ao discurso do comer em casa como promotor de práticas alimentares saudáveis. Há que se resguardar a complexidade que atravessa a comensalidade urbana contemporânea, permeada por elementos da experiência humana que escancaram ordens alimentares plurais para além daquelas relacionadas aos discursos nutricionais que envolvem a alimentação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência do comer em casa durante a pandemia permitiu uma análise para além das permanências e transformações em torno das práticas alimentares que, a partir de dados empíricos, conformaram elementos capazes de tecer ponderações em torno da afirmação quase que unívoca da casa como organizadora de práticas alimentares saudáveis. Ressalta-se que a disseminação da ideia de que a pandemia poderia ser oportuna para o “cuidar de si e/ou da família” e, dentre estas práticas, “cuidar da alimentação”. Assim, o estudo evidenciou, dessa forma, contradições, em que o ambiente doméstico, por um lado, pode promover a organização de práticas alimentares, e de outro lado, promover também elementos que a desorganizam.

Esta análise, entretanto, considera a excepcionalidade em que esse estudo foi realizado, em um contexto em que o comer foi afetado também pelo medo e ansiedade associados ao fenômeno da pandemia. Há que se demarcar a pluralidade em torno das práticas alimentares e da comensalidade, não podendo, nesse sentido, serem reduzidas e naturalizadas em torno do ambiente doméstico, que também resguarda complexidades inerentes à experiência humana.

Ressalta-se ainda que o comer em ambiente doméstico acende o debate sobre a influência do ambiente alimentar digital nas práticas alimentares, ao mimetizar a alimentação fora de casa. Considera-se, nesse sentido, a importância de mais pesquisas destinadas à investigação do ambiente alimentar digital frente às alterações provocadas nos hábitos alimentares dos sujeitos entrevistados, demarcando um campo ainda incipiente na ciência.

Considera-se ainda que a presente pesquisa apresenta elementos discursivos importantes, e que carecem de maior aprofundamento, para a produção de saberes pautados na construção de uma ciência que estreite os laços com as dimensões socioantropológicas da questão alimentar e nutricional.

REFERÊNCIAS

AMPARO-SANTOS, L.; VERTHEIN, U.; REIS, A.B.C.. “Fique em casa”: emergências na pandemia de COVID-19 nas experiências de confinamento. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. *Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 35-58

BARATA-SALGUEIRO, T.. Viver na cidade sob a pandemia da covid-19. *Finisterra*, LV(115), 2020, pp. 113-119. ISSN : 0430-5027. DOI: 10.18055/Finis20375.

BARBOSA-SOUZA, G., ALMEIDA, I. . O ato de comer e a comensalidade: afetações e sentidos atribuídos no contexto da pandemia de COVID-19. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. *Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 133 - 172.

BEZERRA, I. N.; SOUZA, A. M.; PEREIRA, R. A.; SICHIERI, R. Consumo de alimentos fora do domicílio no Brasil. *Rev Saúde Pública*, 2013; 47 Suppl 1:200s-11.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Guia alimentar para a população brasileira / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – 2. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2014.

BOTELHO, L. V. *Ambiente alimentar digital: estudo descritivo sobre o uso de aplicativos de entrega de comida pronta para consumo entre residentes da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Brasil. 2021. 189 f. Dissertação (Programa de Pós graduação em Epidemiologia em Saúde Pública - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2021.

BOTELHO, L. V., CARDOSO, L. O., CANELLA, D. S. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida. *Cad. Saúde Pública*. Espaço temático: COVID-19 – contribuições da Saúde Coletiva. 2020; 36(11):e00148020.

CASAGRANDE, E. As principais pesquisas no Google em 2020. Semrush, Boston, 13 out 2020. Disponível em <https://pt.semrush.com/blog/principais-pesquisas-no-google-em-2020/>. Acesso em 30 jan 2022.

CAVALCANTE, J. R.; ABREU, A. J. L. COVID-19 no município do Rio de Janeiro: análise espacial da ocorrência dos primeiros casos e óbitos confirmados. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, jun. 2020. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300007>.

LANE, K. *et al.* Older women's reduced contact with food in the Changes Around Food Experience (CAFE) study: choices, adaptations and dynamism. *Ageing and Society*, v. 34, n. 4, p. 645–669, 2014.

LOUZADA, M. L. C. *et al.* *Alimentação e saúde: a fundamentação científica do guia alimentar para a população brasileira*. 1. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Saúde Pública, 2019.

MACEDO, S. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. *Rev. NUFEN*, Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, ago. 2020. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912020000200012&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 18 ago. 2022.
<http://dx.doi.org/10.26823/RevistadoNUFEN.vol12.nº02rex.33>

MILES M. B.; HUBERRNAN, A. M. *Qualitative data analysis*. 2nd ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

MODENA, C. M.. *et al.* Câncer e Masculinidades: Sentidos Atribuídos ao Adoecimento e ao Tratamento Oncológico. *Temas em Psicologia* [en linea]. 2014, 22(1), 67-78. ISSN: 1413-389X. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751527006>;

NETTO, 2013. A urbanidade como devir do urbano. *EURE*, vol. 39, nº 118. Setembro, 2013. pp. 233-263. ISSN digital: 0717-6236

RIGAUD, J. P. O.; ARAÚJO, M. C. E. S.; CAMPINHO, M. I. S.. O ato de cozinhar: sentidos e (res)significações no cotidiano pandêmico. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. *Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 109 - 132.

SCHNEIDER, S. *et al.* Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. *Estudos Avançados* [online]. 2020, v. 34, n. 100 [Acessado 28 Novembro 2022], pp. 167-188. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>>. Epub 11 Nov 2020. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>

SOUSA, A. R. *et al.* Sentimento e emoções de homens no enquadramento da doença Covid-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. Ciênc. saúde coletiva, 2020 25(9), set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.18772020>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS DA DISSERTAÇÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa permitiu uma aproximação com conceitos e debates oriundos do intercâmbio entre as Ciências da Saúde e Nutrição, e as Ciências Sociais e Humanas em Saúde, sobretudo no âmbito da socioantropologia da alimentação. Um debruçar imprescindível para ampliar o olhar construído a partir de uma formação com forte influência biomédica.

A intensidade do contexto em que essa pesquisa se desenvolveu, a pandemia de COVID-19, trouxe elementos inéditos para a produção de saberes sobre as práticas alimentares na contemporaneidade, sobretudo em âmbito doméstico. As transformações no cenário urbano advindas do distanciamento físico, o confinamento doméstico, a catalisação do ambiente alimentar digital, puderam ser debatidos à luz de temas caros ao campo da Alimentação e Nutrição.

Dessa forma, o agenciamento das práticas alimentares em ambiente doméstico, ainda que diante de uma vivência imposta pela excepcionalidade da experiência pandêmica, pode promover reflexões nas múltiplas dimensões de questões do âmbito alimentar e nutricional. Dimensões estas relacionadas ao modo de fazer pesquisa, à complexidade do fenômeno alimentar, à urgência da transdisciplinaridade dos estudos no campo da alimentação e nutrição e às contribuições científicas que possam fornecer elementos às discussões em torno da Educação Alimentar e Nutricional e para garantia da Segurança Alimentar e Nutricional.

7. REFERÊNCIAS

ALMEIDA BARROS, J.; CANDIDO MATIAS, Juliana. Discursos de um presidente: políticas públicas e educação em tempos de pandemia. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, e35310, 2021. DOI: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35310>.

AMPARO-SANTOS, L; VERTHEIN, U.; REIS, A.B.C.. “Fique em casa”: emergências na pandemia de COVID-19 nas experiências de confinamento. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 35-58

ANDERSON, R.M., HEESTERBEEK H, HOLLINGSWORTH T. D. How will country-based mitigation measures influence the course of the COVID-19 epidemic? *Lancet* [Online]. 2020 Mar. Available from: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30567-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30567-5).

ARO, F.; PEREIRA, B. V.; BERNARDO, D. N. A. Comportamento alimentar em tempos de pandemia por Covid-19. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.7, n.6, p.59736-59748 jun. 2021. ISSN: 2525-8761

AZEVEDO, E. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, 2017.

BERNARDO, K. A. S., MAIA, F. L., BRIDI, M. A. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia covid-19. *NORUS* | vol. 8 nº 14 | p. 8-39| Ago/Dez/ 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/cliente/Downloads/19908-70311-1-PB.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

BARBOSA-SOUZA, G., ALMEIDA, I. . O ato de comer e a comensalidade: afetações e sentidos atribuídos no contexto da pandemia de COVID-19. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 133 - 172.

BATISTA, G. S. Entre o distanciamento físico e o lockdown: a solidariedade como práxis em tempos de pandemia. O que nos faz pensar, Rio de Janeiro, v.29, n.46, p.152-162, jan.-jun.2020. DOI: <http://doi.org/10.32334/oqnf.2020n46a732>
Brasil. Ministério da Saúde (MS). *Painel coronavírus* Atualizada em 08 de maio de 2020. [acessado 18 out 2022]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>

BOTELHO, L. V., CARDOSO, L. O., CANELLA, D. S. COVID-19 e ambiente alimentar digital no Brasil: reflexões sobre a influência da pandemia no uso de aplicativos de delivery de comida. **Cad. Saúde Pública**. Espaço temático: COVID-19 – contribuições da Saúde Coletiva. 2020; 36(11):e00148020.

BRASIL. Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020. Declara Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Brasília. 2020a. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

BRASIL. Portaria nº 356, de 11 de março de 2020. Dispõe sobre a regulamentação e operacionalização do disposto na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que estabelece as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19). Brasília, 2020b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-356-de-11-de-marco-de-2020-247538346>. Acesso em: 07 de maio de 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 2020c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm. Acesso em 08 de julho de 2021.

BRASIL. Ministério Público do Trabalho — Procuradoria Geral do Trabalho. Nota Técnica Conjunta nº 04/2020. Nota Técnica para a atuação do Ministério Público do Trabalho em face das medidas governamentais de contenção da pandemia da doença infecciosa (COVID 19) para trabalhadoras e trabalhadores domésticos, cuidadores ou vinculados a empresas ou plataformas digitais de serviços de limpeza ou de cuidado. Brasília, 2020d. Disponível em: <https://mpt.mp.br/pgt/noticias/nota-tecnica-no-4-coronavirus-1.pdf>. Acesso em: 28 de julho de 2021.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Diário Oficial da União [Internet]. 14 set. 2017. Acesso em 04 de agosto de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13467.htm

BRIDI, M. A.; BOHLER, F. R. ZANONI, A. P. Relatório técnico-científico da pesquisa: o trabalho remoto/home-office no contexto da pandemia Covid-19. Curitiba: UFPR, GETS, REMIR, 2020. Acesso em 04 de agosto de 2021. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/remir/images/Artigos_2020/RELATRIO_DE_DIVULGAO_DA_PESQUISA_SOBRE_O_TRABALHO_REMOTO.pdf

CAMPOS, G. W. S. O pesadelo macabro da Covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios. Trab. educ. saúde ; 18(3): e00279111, 2020. Disponível em <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1139791?src=similardocs>. Acesso em: 21 de abril de 2021.

CANESQUI, A. M. Comentários sobre os Estudos Antropológicos da Alimentação. In: CANESQUI, AM., and GARCIA, RWD., orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.

CARLOS, A. F. A. A revolução no cotidiano invadido pela pandemia. In: COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico] / Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020. 3.484 Kb ; PDF. 10-17p. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/471/423/1648-1>. Acesso em 28 de julho de 2021.

CARUSO, F. MARQUES, A. J. Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia. *Research, Society and Development*, v.10, n.11, e82101119538, 2021(CC BY 4.0) [ISSN 2525-3409 | DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i11.19538>].

CASTAÑEDA GUILLOT, C.; RAMOS SERPA, G.. Principales pandemias en la historia de la humanidad. *Revista Cubana de Pediatría*, [S.l.], v. 92, jun. 2020. ISSN 1561-3119. Disponível em: <<http://www.revpediatria.sld.cu/index.php/ped/article/view/1183/714>>. Acesso em: 14 jun. 2021.

CAVALCANTE, J. R.; ABREU, A. de J. L. COVID-19 no município do Rio de Janeiro: análise espacial da ocorrência dos primeiros casos e óbitos confirmados. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 29, jun. 2020. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000300007>.

CENTRON, M., LANDWIRTH, J.. Public health and ethical considerations in planning for quarantine. *Yale Journal of Biology and Medicine*: 2005 (78): 325-330.

CEPEDES | ENSP Centro de Estudos e Pesquisas em Emergências e Desastres em Saúde. A GESTÃO DE RISCOS E GOVERNANÇA NA PANDEMIA POR COVID-19 NO BRASIL análise dos decretos estaduais no primeiro mês relatório técnico e sumário executivo. Maio/2020. Acesso em agosto de 2022. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/iciict/41452/relatorio_cepedes_gestao_riscos_covid19_final.pdf;jsessionid=105B29E359975907BF56BC5645439508?sequence=2

EVANS, L.; ILOVATTE, N. (2020, 09 de maio). Nós, mães, estamos exaustas. *Cria para o mundo Recuperado de* <https://www.criaparaomundo.com.br/post/n%C3%B3s-m%C3%A3es-estamos-exaustas>.

FAO. Urban food systems and COVID-19. The role of cities and local governments in responding to the emergency. Rome, 2020. <https://doi.org/10.4060/ca8600en>

FARO, A. et al.. COVID-19 e saúde mental: a emergência do cuidado. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 37, n. Estud. psicol. (Campinas), 2020 37, 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200074>

FILHO, J. M. J. *et al.* A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. *Rev Bras Saude Ocup* 2020

FIOCRUZ. O que é uma pandemia. 2020. Disponível em: <https://www.bio.fiocruz.br/index.php/br/noticias/1763-o-que-e-uma-pandemia>. Acesso em 14 de julho de 2021.

FREITAS, M. C. S. *et al.* Uma leitura humanista da nutrição. In: FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N., orgs. *Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura* [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 207-2016.

GARCIA, R. W. D. Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações sobre as mudanças na alimentação urbana. *Rev. Nutr.*, Campinas, 16(4):483-492, out./dez., 2003. <https://www.scielo.br/j/rn/a/XBYLXK3XtmDgRfTbq7mKwYb/?format=pdf&lang=pt>

GARCIA, R. W. D. Representações Sociais da comida no Meio Urbano: algumas considerações para o estudo dos aspectos simbólicos da alimentação. *Revista Cadernos de Debate*, 1994.

GARCIA, L. P., DUARTE, E.. Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a COVID-19. **Epidemiologia e Serviços de Saúde** [online]. v. 29, n. 4 [Acessado 27 outubro 2022] , e2020186.
<https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000400019>.

GARCIA, L. P.; DUARTE, E.. Intervenções não farmacológicas para o enfrentamento à epidemia da COVID-19 no Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde* [online]. 2020, v. 29, n. 2 [Acessado 7 Junho 2021] , e2020222. Disponível em:
<<https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200009>>.

GONÇALVES, D. N. Estar em isolamento social: quando a desigualdade atua como fator. *Revista Aval. Janeiro/Junho. Vol. 3. Nº 17. 2020*. Disponível em:
http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/53321/1/2020_art_dngon%c3%a7alvesiplimafilho.pdf
. Acesso em 29 de Julho de 2021.

GRISOTTI, M. Pandemia de Covid-19: agenda de pesquisas em contextos de incertezas e contribuições das ciências sociais. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(2), e300202, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300202>

HUBNER, A. Agência na sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 9, n. 2, pp. 86-103, 2021. DOI: <https://doi.org/10.47456/cadecs.v9i2.38407>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD COVID19. Resultado mensal. Rio de Janeiro. IBGE, 2020. Acesso em 04 de agosto de 2021. Disponível em:
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101778.pdf>

INLOCO. Mapa brasileiro da COVID-19. c2021. Disponível em:
<https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>. Acesso em 18 de julho de 2021.

JOVCHELOVITCH, S, BAUER, M.W.. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual. 7ª edição. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 2008. 90 - 113p.

KUWAE, C. A. et al. A reflexividade no saber leigo sobre as práticas alimentares. In: Estudos socioculturais em alimentação e saúde: saberes em rede. Organização Prado, S.D. et al. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2016.

LEÃO, G. C., FERREIRA, J. C. S. Nutrição e mudanças alimentares em meio a pandemia COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 7, e11610716602, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i7.16602>.

LEITE, E.M.D. Dicionário Digital de termos médicos 2007. Disponível em:
http://www.pdamed.com.br/diciomed/pdamed_000113968.

LIMA, A. C. C. F.. Práticas alimentares de servidores públicos federais, durante a pandemia de Covid-19, Brasília, Brasil. 2021. 237 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas em Saúde)—Escola Fiocruz de Governo, Fundação Oswaldo Cruz, Brasília, 2021.

LIMA, N. T. *et al.* A pandemia de COVID-19: uma crise sanitária e humanitária. Espaço temático: COVID-19 – Contribuições da Saúde Coletiva. Cad. Saúde Pública, junho/2020.
MACIEL, A. P. O. A. *et al.* Que alimento te conforta?: uma análise retrospectiva sobre mudanças alimentares ocorridas na pandemia. Research, Society and Development, [S. l.], v. 11, n. 12, p. e264111234044, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i12.34044.

MAYNARD, D. C. *et al.* Consumo alimentar e ansiedade da população adulta durante a pandemia do COVID-19 no Brasil. Research, Society and Development, [S. l.], v. 9, n. 11, p. e4279119905, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i11.9905.

MENDONÇA, C. O jogo do vírus e as políticas do estar juntos. **Boletim n.45 - Ciências Sociais e coronavírus**. ANPOCS. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://lepec.ufc.br/wp-content/uploads/2020/06/boletim-n45-anpocs-22-05-20.pdf>. Acesso em 04 de agosto de 2021.

Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico Especial - 14. COE-COVID19. Disponível em: <https://portalarquivos.saude.gov.br/images/pdf/2020/April/27/2020-04-27-18-05h-BEE14-Boletim-do-COE.pdf> Acesso em 05/Jun/2021.

MORAES, R. F.. Determinants of physical distancing during the covid-19 epidemic in Brazil: effects from mandatory rules, numbers of cases and duration of rules. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 25, n. 9, p. 3393-3400, Sept. 2020 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020000903393&lng=en&nrm=iso>. access on 05 Apr. 2021. Epub Aug 28, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.21892020>.

MOREIRA, S. A.. Alimentação e comensalidade: aspectos históricos e antropológicos. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 62, n. 4, p. 23-26, Oct. 2010 . Available from <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 20 Apr. 2021.

NETO, B. G. Em tempos de quarentena, uma busca de sua origem. *Enferm Bras* 2020;19(2):96 - 7. DOI: <https://doi.org/10.33233/eb.v19i2.4157>. Acesso em 15 de Julho de 2021. Disponível em: <https://www.portalatlanticaeditora.com.br/index.php/enfermagembrasil/article/view/4157>

NORONHA, K. V. M. S. *et al.* Pandemia por COVID-19 no Brasil: análise da demanda e da oferta de leitos hospitalares e equipamentos de ventilação assistida segundo diferentes cenários. Cad. Saúde Pública 2020; 36(6):e00115320. doi: 10.1590/0102-311X00115320.

OLIVEIRA, L.V. *et al.* Modificações dos Hábitos Alimentares Relacionadas à Pandemia do Covid-19: uma Revisão de Literatura. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v.4, n.2, p. 8464-8477 mar./apr. 2021. DOI:10.34119/bjhrv4n2-367.

OPAS. Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19 [Internet]. Departamento de evidência e inteligência para ação em saúde. Página Informativa. 2020. Available from: <http://www.paho.org/ish>.

OPAS. OMS afirma que COVID-19 é agora caracterizada como pandemia. 11 mar 2020.

Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/news/11-3-2020-who-characterizes-covid-19-pandemic>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

PAHO. **Regulamento Sanitário Internacional (RSI). c2021**. Disponível em:

<https://www.paho.org/pt/regulamento-sanitario-internacional-rsi>. Acesso em: 14 de julho de 2021.

PEDROSA, N. L.; ALBUQUERQUE, N. L. S.. Análise Espacial dos Casos de COVID-19 e leitos de terapia intensiva no estado do Ceará, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, p. 2461-2468, 2020. <https://doi.org/10.1590/1413-81232020256.1.10952020>.

POULAIN, J. A mundialização e os movimentos de deslocalização e de realocação da alimentação. In: POULAIN, J. *Sociologias da alimentação: os comedores e o espaço social alimentar*. 2ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013. p. 27-43.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C.. Reflexões metodológicas para o estudo das práticas alimentares. *Rev. Nutr.*, Campinas, 16(4):365-386, out./dez., 2003.

POULAIN, J. P.; PROENÇA, R. P. C. O espaço social alimentar: um instrumento para o estudo dos modelos alimentares. *Rev. Nutr.*, Campinas, 16(3):245-256, jul./set., 2003.

PRADO, S.D.; AMPARO-SANTOS, L. Apresentação. In: BOSI, M.L.M.; PRADO, S.D.; AMPARO-SANTOS, L. (org). *Cidade, corpo e alimentação : aproximações interdisciplinares*. Salvador : EDUFBA, 2019.

PROENÇA, R. P. C. Alimentação e globalização: algumas reflexões. **Cienc. Cult.** vol.62 no.4 São Paulo Oct. 2010. Disponível em http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252010000400014. Acesso em 03 fev 2021.

PIZZINGA, V. H. Vulnerabilidade e atividades essenciais no contexto da COVID-19: reflexões sobre a categoria de trabalhadoras domésticas. *Rev Bras Saude Ocup* 2021;46:e25. ISSN: 2317-6369 (online) <http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000025020>.

RACHE, B. *et al.* Necessidades de Infraestrutura do SUS em Preparo à COVID-19: Leitos de UTI, Respiradores e Ocupação Hospitalar. Nota Técnica n.3. IEPS: São Paulo. 2020.

RAFAELL, R.M.R. et al. Epidemiologia, políticas públicas e pandemia de Covid-19: o que esperar no Brasil? *Rev Enferm UERJ* 2020; 28:e49570.

REIS, A. B. C., VERTHEIN, U.; AMPARO-SANTOS, L. “Fique em casa”: emergências na pandemia de COVID-19 nas experiências de confinamento. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. *Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado*. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 109 - 132

RIGAUD, J. P. O.; ARAÚJO, M. C. E. S.; CAMPINHO, M. I. S.. O ato de cozinhar: sentidos e (res)significações no cotidiano pandêmico. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 109 - 132.

SALAZAR-FERNÁNDEZ C., *et al.* The Perceived Impact of COVID-19 on Comfort Food Consumption over Time: The Mediational Role of Emotional Distress. *Nutrients*. 2021; 13(6):1910. <https://doi.org/10.3390/nu13061910>;

SAMPAIO, S. A. *et al.* Análise espacial dos casos da COVID-19 e leitos de terapia intensiva no estado da Bahia - Brasil. *Hygeia*, v.17 p. 198 - 215, 2021. ISSN: 1980 - 1726.

SANTANA, A. G.; COSTA, M. L. G.; SHINOHARA, N. K. S. Alimentação em tempos de pandemia do Coronavírus: a ressignificação de uma prática cotidiana e dietética. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 3, e50410313442, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i3.13442>

SANTILLI, J. O reconhecimento de comidas, saberes e práticas alimentares como patrimônio cultural imaterial. *Demetra*; 2015; 10(3); 585-606
DOI: 10.12957/demetra.2015.16054.

SANTOS, F. R. Práticas alimentares em Ilha de Maré, Salvador, Bahia. In: FREITAS, MCS., FONTES, GAV., and OLIVEIRA, N., orgs. Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. 422 p. ISBN 978-85-232-0914-8.

SANTOS, M. O.; SOUZA, J. B. Comida como afeto, conforto e refúgio: entendendo o ato de comer em tempos de pandemia. **Rev. de Alim. Cult. Américas - RACA**. 2(2):135-150, jul./dez, 2020. DOI 10.35953/raca.v2i2.42

SILVA, L. L. S. *et al.* Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. *Cadernos de Saúde Pública* [online]. 2020, v. 36, n. 9 [Acessado 22 Maio 2022] , e00185020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>>. Epub 18 Set 2020. ISSN 1678-4464. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00185020>

SILVA-JÚNIOR, M. Distanciamento social ou distanciamento físico? Qual a mensagem que queremos passar? Disponível em: https://www.emap.com.br/wp-content/uploads/2020/05/ABPMC-Comunidade-Distanciamento-social-ou-distanciamento-fisico_-_qual-a-mensagem-que-queremos-passar-Mauro-Silva-Junior-1.pdf. Acesso em 28 de Julho de 2021.

SILVA, I. F. O.; SOUZA, L. M. S. Vulnerabilidade social e acesso aos alimentos em tempos de pandemia por COVID - 19: estudo em uma comunidade de Salvador–Bahia. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas, v. 29, p. 1-11. e022027. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v29i00.8670697>

SIQUEIRA, L. S.; BOAVENTURA, M. G. O ato de comprar: o inexorável momento de abrir a porta. In: AMPARO-SANTOS, L. VERTHEIN, U. REIS, A.B.C. orgs. Em tempos de isolamento social: entre o corpo, a comida e o cuidado. Salvador: EDUFBA, 2022. p. 59-86.

SOUSA, A. R. *et al.* Sentimento e emoções de homens no enquadramento da doença Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, n. Ciênc. saúde coletiva, 2020 25(9), set. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.18772020>

SOUSA, C. R. M. A pandemia da COVID-19 e a necropolítica à brasileira. **Revista de Direito**, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 01–27, 2021. DOI: 10.32361/2021130111391..

TAVARES, L. P.; OLIVEIRA JÚNIOR, F. L. de; MAGALHÃES, M. Análise dos discursos do Presidente Jair Bolsonaro em meio à pandemia: o coronavírus é só uma “gripezinha”? **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 9, n. 7, p. e609974469, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i7.4469.

VERTICCHIO, D. F. R.; VERTICCHIO, N. M. Os impactos do isolamento social sobre as mudanças no comportamento alimentar e ganho de peso durante a pandemia do COVID-19 em Belo Horizonte e região metropolitana, Estado de Minas Gerais, Brasil. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 9, e460997206, 2020 (CC BY 4.0) | ISSN 2525-3409 | DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i9.7206>

VOLOCHKO, D. O cotidiano dos pobres não pode parar: a pandemia e a necrodemografia do capital. In: COVID-19 e a crise urbana [recurso eletrônico] / Coordenadora: Ana Fani Alessandri Carlos. -- São Paulo : FFLCH/USP, 2020. 3.484 Kb ; PDF. 38p. Disponível em: <http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/view/471/423/1648-1>. Acesso em 28 de julho de 2021.

WILDER-SMITH A., FREEDMAN D.O.. Isolation, quarantine, social distancing and community containment: pivotal role for old-style public health measures in the novel coronavirus (2019-nCoV) outbreak. *J Travel Med* 2020; 27:2.

WHO. World Health Organization. Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-corona-virus-2019> (acessado em 29/Abr/2020).

WHO. World Health Organization. WHO Coronavirus (COVID-19) Dashboard. Disponível em: <https://covid19.who.int/>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

8. APÊNDICES

TABELA 01

Tabela 01: Dados sociodemográficos dos interlocutores da pesquisa

Identificação de gênero	
Feminino	10
Masculino	2
Idade	
De 26 a 34 anos	6
De 35 a 50 anos	5
De 50 a 65 anos	1
Raça/Cor	
Preto	4
Parda	5
Branco	3
Estado Civil	
Solteiro	3
Casado ou união estável	8
Divorciado	1
Escolaridade	
Médio Completo	1
Superior incompleto	2
Superior completo	2
Pós Graduação completa	7
Renda	
Sem renda fixa	1
Entre 1 e 2 salários mínimos	3
De 2 a 4 salários mínimos	2
Acima de 5 salários mínimos	6
Local de residência durante maior parte do tempo na pandemia	
Capital	5
Interior	7

Quadro 01: Caracterização do universo empírico

Interlocutor	Local de residência	Contexto
Bia	Santo Antônio de Jesus	Advogada, em união estável em relacionamento homoafetivo. Trabalhava em trânsito pela região e passou a exercer a advocacia no formato online por mais de um ano durante a pandemia.
Ana	Nazaré das Farinhas	Servidora pública federal, morava com filha de cinco anos e marido. Manteve a empregada doméstica afastada das atividades de sua casa por apenas um mês. Durante pouco mais de um ano de pandemia, trabalhou no formato remoto. Foi a primeira funcionária da instituição a retornar para o formato presencial por não suportar mais ficar em casa. Tinha a certeza que iria morrer se fosse contaminada pelo Coronavírus. Pessoa com obesidade e hipertensão.
Bela	Nazaré das Farinhas	Mulher negra, podóloga. No início da pandemia se divorciou, ficando numa casa ainda sem estrutura física finalizada, sem fogão, geladeira e tendo que adaptar a alimentação a essa realidade. Por atuar como autônoma, alguns meses ficou desempregada, e somente depois retomou com a profissão vendendo os produtos da podologia por delivery. A irmã ajudava com refeições.
Isa	Santo Antônio de Jesus	Docente efetiva de instituição de ensino superior, nutricionista. Considera que se manteve em isolamento social restrito por ficar mais de um ano sem sair de casa. Morava com o marido e filho menor de dois anos, numa casa conjugada com os pais (integrantes do grupo de risco), tia com síndrome de Down e irmã. O marido era responsável por fazer as compras por não ter se adaptado às compras virtuais.
Lua	Santo Antônio de Jesus	Mulher negra, jornalista, durante a pandemia passou para o trabalho remoto, atuando como social media. Morava sozinha e no primeiro mês de pandemia fez uma compra extra de alimentos temendo ficar desempregada. Passou nove meses sem ver os pais e a irmã.

Malu	Nazaré das Farinhas	Mulher negra, residiu com marido e dois gatos. Possui deficiência física decorrente do lúpus. Trabalhava como vendedora autônoma e criadora de conteúdo digital. Disse já acostumada a sair pouco e ter se surpreendido com o interesse culinário do marido durante a pandemia.
Nina	Lauro de Freitas	Esteticista, mãe de filhos adultos, convivia com companheiro e durante alguns meses da pandemia não exerceu sua atividade profissional, por não se enquadrar nas consideradas atividades essenciais.
Mila	Salvador	Sanitarista, morava com duas colegas de pós-graduação e decidiu morar em Amargosa com o namorado e a sogra em março de 2020. Para ela a pandemia foi um momento de vivenciar o luto de ter pedido a avó e descansar, algo que a rotina de vida em Salvador não permitia.
Lara	Salvador	Nutricionista, morava em Salvador com o marido e um filho. Experimentou a pandemia quando seu filho estava com dois meses de idade. Buscando rede de apoio e segurança mudou-se com a família para o interior do estado, voltando para casa dos pais. Além do trabalho remoto, era estudante de pós-graduação.
Eva	Salvador	Psicóloga, morava com marido e filha de cinco anos. Apesar de manter o trabalho híbrido, considera que seguiu com as recomendações de distanciamento físico. Vivenciou a experiência da doença, considerando um dos piores momentos de sua vida (física e emocionalmente).
Léo	Salvador	Gerente de um restaurante, pessoa com obesidade, convive com companheiro em relação homoafetiva na cidade de Salvador. O restaurante onde Léo trabalhava fica situado em um dos circuitos mais boêmios de Salvador, e permaneceu fechado durante mais de um ano na pandemia. Desenvolveu ansiedade neste período.
Paulo	Salvador	Servidor público federal, morava em Salvador e decidiu mudar-se temporariamente para o interior buscando segurança para a mulher e filha menor de um ano. Permaneceu em trabalho remoto. Considerou o período de pandemia como uma oportunidade de se alimentar melhor.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (contava no formulário do Google Forms)

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar voluntariamente da pesquisa intitulada “QUARENTENAR: NARRATIVAS SOBRE AS PRÁTICAS ALIMENTARES DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19”, que busca compreender como os sujeitos em distanciamento físico agenciam suas práticas alimentares no contexto da pandemia de COVID-19.

Caso aceite, sua participação nessa pesquisa se dará através da realização de entrevista, que abordará como você lidou com as práticas alimentares durante o período de distanciamento físico. As entrevistas ocorrerão de modo digital ou presencial, serão gravadas com captação de áudio e/ou imagem e posteriormente transcritas. Os arquivos digitais e físicos serão armazenados e ficarão sob a responsabilidade da pesquisadora, podendo ser consultados quando desejar.

Esclarecemos que a qualquer momento, durante todo o período de pesquisa, você tem o direito de recusar ou retirar seu consentimento, sem que haja qualquer penalidade ou prejuízo devido a sua decisão. A sua identificação, assim como a dos demais voluntários, que dela participarem, permanecerá em sigilo. Respeitando tais critérios, os dados e resultados obtidos somente serão divulgados em eventos ou publicações científicas.

Destaco que sua participação neste estudo estará contribuindo para a produção de conhecimento no campo da alimentação e nutrição, elucidando discussões sobre as práticas alimentares no contexto presente, anterior e futuro ao estado de pandemia, assim como permitirá a problematizações de questões envolvidas nos cenários da produção, comercialização e consumo alimentar, identificando as transformações e permanências nestes processos, analisando também, os sentidos e significados da comida e do comer em suas relações com a subjetividade e as identidades individuais e coletivas no contexto da pandemia.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são mínimos. Todas as precauções serão tomadas para que você não se sinta coagido a responder o que não deseje. As informações a serem divulgadas serão de caráter geral, preservando a identidade de cada participante conforme os aspectos éticos e de sigilo.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como é garantido a você o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que você queira saber.

O projeto foi aprovado pelo comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, sob o parecer número 4.090.204.

Caso você ainda tenha dúvidas relativas à pesquisa, você deve entrar em contato com a pesquisadora responsável, Gimena Barbosa Souza, pelo telefone 75 98118-8840 ou pelo e-mail: gim.bsouza@gmail.com. Para maiores esclarecimentos, reclamação ou denúncia sobre sua participação no estudo, você deve entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, localizada na Avenida Araújo Pinho nº 32, Canela, telefone (71)3263-7710/7704, ou através do e-mail enufba@ufba.br/cepnut@ufba.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM ALIMENTOS NUTRIÇÃO E SAÚDE
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM ALIMENTAÇÃO E CULTURA

**PROJETO DE PESQUISA: QUARENTENAR:
O COMER EM CASA EM TEMPOS DE PANDEMIA DE COVID-19**

Gostaria que você contasse como tem sido ficar em confinamento doméstico durante essa pandemia (explorar o que representava ficar em casa durante a pandemia, rotinas e os sentidos atribuídos).

- Direcionar a narrativa para as práticas alimentares

(Explorar permanências e transformações: como, onde e periodicidade das compras de alimentos, divisões de tarefas, responsável pela compra e pelo preparo, como era definido o que comer, onde eram realizadas as refeições, com quem comia, quais sensações e sentimentos a comida tem despertado, questões relacionadas a memória alimentar, inspirações culinárias, se deixou de comer algo, passou a comer algo, tem medo de comer determinado alimento e percepção de risco.